



IMPUNES

**2500 dias da
Operação Moeda Verde**

Patricia Pamplona

IMPUNES

**2500 dias da
Operação Moeda Verde**

Patricia Pamplona

*Aos meus pais, pelo
apoio incondicional*

*A todos que colaboraram
para a edição deste livro*

SUMÁRIO

EXPEDIENTE

Capa: UltraDownload

Diagramação: Patricia Pamplona

Revisão: Patricia Pamplona e Rogério Christofolletti

Orientação: Rogério Christofolletti

IMPUNES - 2500 dias da Operação Moeda Verde /
Patricia Pamplona. - Florianópolis : 2014.

PRÓLOGO.....	9
PARTE I A TRAMA	
CAPÍTULO 1 Jurerê I.....	13
CAPÍTULO 2 Jurerê II.....	25
CAPÍTULO 3 Jurerê III.....	29
CAPÍTULO 4 Norte da Ilha.....	39
CAPÍTULO 5 Uma casa no Sambaqui e um Hospital no João Paulo.....	49
CAPÍTULO 6 Doladodomanguezal.....	57
CAPÍTULO 7 No caminho do Sul.....	67
CAPÍTULO 8 Centro da Capital.....	73
CAPÍTULO 9 Na Câmara de Vereadores.....	81
PARTE II O TRÂMITE	
CAPÍTULO 10 Os crimes.....	97
CAPÍTULO 11 O inquérito.....	117
CAPÍTULO 12 A impunidade.....	123
CAPÍTULO 13 A defesa.....	127

PRÓLOGO

Antes de iniciarmos, é importante que o leitor entenda a burocracia que envolve nossa história. Os personagens da Operação Moeda Verde são, além de empresários, funcionários das três esferas: municipal, estadual e federal. Para construir um empreendimento em Florianópolis, invariavelmente, é necessário obter licenças ambientais. Isso porque a cidade possui diversas Áreas de Proteção Permanente (APP), uma Estação Ecológica (ESEC), além de manguezais, vegetação de restinga, mata atlântica.

As três esferas estão envolvidas por haver, no município, áreas de competência municipal, que possuía como órgão regulador a SUSP e suas subdivisões, estadual, que atribui a responsabilidade à Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), e federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Para construir um empreendimento classificado como causador efetivo ou potencial de poluição ou degradação ambiental, é necessário obter licenciamento ambiental. O site do Ministério do Meio Ambiente explica: “O licenciamento ambiental é

o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais [...]”

O Ministério também esclarece as competências atribuídas a cada instância. No que diz respeito aos casos de Florianópolis, é atribuída ao IBAMA a liberação de licenças a empreendimentos localizados em unidades de conservação do domínio da União - caso da ESEC Carijós. Em Santa Catarina, a FATMA, fica responsável por construções localizadas em unidades de conservação estadual e em florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente. Também cabe ao Estado delegar o licenciamento ao município, caso entenda que seja esse o caso.

Para dar viabilidade a um empreendimento, são necessárias três licenças: Licença Ambiental Prévia (LAP), de Instalação (LAI) – expedidas antes da construção – e de Operação (LAO). Salvo no caso da ESEC Carijós, todas elas eram de responsabilidade da FATMA, a não ser que o órgão delegasse para o município. Em Florianópolis, as licenças e autorizações ambientais passavam pela à Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) e suas subdivisões internas, neste caso a FLORAM e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

Foi nesses órgãos ambientais, no executivo municipal – gabinete e secretarias, que as fraudes descobertas pela Operação Moeda Verde aconteciam. O monitoramento telefônico aqui exposto foi realizado entre os meses de julho e dezembro de 2006. A investigação gerou consequências até os dias atuais.

PARTE I

A TRAMA

CAPÍTULO 1

JURERÊ I

Nossa história começa em 2006, quando o procurador da República Walmor Moreira denunciou irregularidades na construção do Il Campanario Villagio Resort, ainda em obras naquela época, na Quadra 5 de Jurerê Internacional, loteamento de propriedade da empresa Grupo Habitasul. A partir dessa denúncia, um submundo se revelou nas administrações municipal e estadual. Para entender o estopim da denúncia é preciso saber da fundação do empreendimento imobiliário do grupo há mais de 30 anos, que criou a marca Jurerê Internacional.

A praia de Jurerê fica no norte da Ilha de Santa Catarina e é, hoje, sinônimo de luxo dentro e fora do Brasil. Ruas arborizadas, terrenos sem muros, casas de alto padrão. Prédios, somente afastados da faixa de areia e com altura máxima de quatro andares. O local se destaca do resto da cidade, sendo comparado à Miami, nos Estados Unidos. Outra marca do lugar são os beach clubs, boates à beira da praia, frequentadas pela mais alta sociedade.

A Habitasul adquiriu o terreno no balneário em 1980,

criando sua marca. “Jurerê Internacional teve a sua ocupação planejada desde o início, das ruas e construções até a segurança, comércio e serviços. Já nasceu com plano diretor próprio, garantindo a preservação do meio ambiente. Por exemplo, a densidade demográfica é de 50% a 70% menor do que o autorizado pelo Plano Diretor de Florianópolis.” É assim que a empresa descreve Jurerê Internacional. E um dos pilares de seus empreendimentos é a preservação do meio ambiente.

Por suspeitas de irregularidades na emissão de licenças ambientais, o Ministério Público Federal, através do procurador Walmor Moreira, denunciou o Il Campanario Villagio Resort. A investigação era da “ocorrência dos delitos previstos nos artigos 38, 48, 64, 66, 67 e 68 da Lei 9.605/98”. Crimes que envolvem destruir vegetação de APP e infrações cometidas por funcionários públicos dos órgãos de meio ambiente. Uma das políticas do grupo é “cumprir com os requisitos legais aplicáveis ao processo de urbanização”.

Os braços da Habitasul se estendiam no IBAMA, FATMA e SUSP. No órgão federal, era Apoena Figueiroa. Na FATMA, Alexandre Lima, André Dadam, Clóvis Feller, Heriberto Hülse Neto, Mário Alano, Marli da Silveira, e Paulo Orofino. E na SUSP, o secretário Renato de Sousa e seus subordinados Rubens Bazzo; Francisco Rzatki, Edelberth Adam e Marcelo Nascimento, na FLORAM; e José Rocha, no IPUF. Todos nomes de grande importância para a empresa.

*

- Tô aqui no Il Campanario, aqui. Já tás sabendo do rolo, da polícia aqui, né? Vieram dois aqui”

- Tô sabendo. Não é de todo ruim

- Agora tem que ficar 15 dias com as bombas desligadas, se não desligar, eles têm ordem de nos prender, aqui. Só pra tu saber que eu tô desligando, porque se não nós vamos presos. Hahahahaha!. [...]

- Mas é o Walmor que tá mexendo os paus ali dentro; não foi ela (...) Esse Walmor, é impressionante, rapaz. Esse assunto dessa Analúcia com esse Walmor, que, me desculpa, caga em cima dela aí e ela se borra de medo, essa mulher. [...] - Então tá, então... não fomos presos ainda hoje. Hahahahahahaha
- Tá bem, garoto. Hehehehehe. Um abraço.

Hélio Chevarria, diretor da Habitasul em Florianópolis, ligou preocupado para Fernando Daniel. Dois peritos da Polícia Federal (PF) realizavam a vistoria inicial no terreno do Il Campanario, no dia 1º de agosto de 2006. O procedimento fazia parte da denúncia do Ministério Público Federal (MPF). Os peritos analisaram o local, mas precisavam realizar uma perícia mais detalhada, pois observaram características significativamente alteradas. Oito dias depois, a obra foi embargada e a perícia que acabou por contestar os documentos mais importantes que possibilitaram a construção.

Os peritos da PF constataram que o Il Campanário está a 1.700 metros da ESEC Carijós e pode interferir negativamente no ecossistema local. O terreno também é caracterizado como região de veredas e restinga, sendo considerado APP, segundo legislação ambiental nacional, não podendo haver ali qualquer construção.

Dois anos antes, em 10 de agosto de 2004, a LAP foi expedida pelo então gerente de licenciamento da FATMA, André Dadam. O parecer técnico de Alexandre Lima, funcionário do órgão, usado como base para a licença discorda dos peritos. Afirma não haver necessidade de anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pois o terreno não se encontra em um raio de dez mil metros da ESEC Carijós.

Já em 2 de março de 2006, o geógrafo e técnico do órgão municipal de meio-ambiente, a FLORAM, Marcelo Nascimento deu parecer favorável à construção. Indicou que não havia impedimento ambiental e que o projeto cumpre legislação

ambiental. A justificativa para isso é a aprovação da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) - comandada por Renato de Souza - e os licenciamentos obtidos pela FATMA.

Hélio Chevarria também contestou o resultado da perícia, no que diz respeito à nascente do Rio Faustino. Um pouco atrasado, contou, em depoimento à PF em 11 de dezembro de 2006, a história do terreno do Il Campanario e da praia de Jurerê.

A nascente do Rio Faustino, em 1957, se localizava perto do Morro do Forte, a dois quilômetros do Il Campanario. Quando da implementação do Clube XII, da Estrada do Forte e de canal do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), o Rio Faustino secou. Isso é comprovado por duas fotos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Já em 1980, a Comcap, responsável pela coleta de lixo de Florianópolis, usou o leito do Rio, morto três anos antes, como depósito de lixo. No mesmo ano, o extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) licenciou o loteamento Jurerê Internacional. Outra foto do IPUF mostra, 14 anos depois, área urbanizada com resquício da vala DNOS, substituída por canais de concreto de acordo com projeto do loteamento. Hélio Chevarria afirmou que, quando a Habitasul ia aterrar vala da Quadra 5, o IBAMA autuou empresa por aterrar curso d'água, no caso, a vala DNOS. Tudo foi resolvido, quando, em 2004, a FATMA afirmou não haver necessidade de anuência do IBAMA, sem citar possibilidade APP e resolvendo a questão do curso d'água, um afloramento de lençol freático, "que por estar em cota acima do nível do mar escoava em direção à praia por um canal aberto com a finalidade de drenar o terreno".

Ignorando também a possível existência de APP no terreno do resort de luxo, Francisco Rzatki, superintendente, Edelberth Adam, diretor operacional e Francisco da Silva Filho, funcionário da FLORAM, autorizaram corte e poda de árvores em 10 de novembro de 2005. Mas esse tipo de autorização

não era problema para a Habitasul, que possuía funcionários públicos de sua confiança, além de um vereador de Florianópolis, há quinze anos na Câmara Municipal.

– Hélio!

– Bom dia, Percy! Tudo bem?

– Bom dia, Hélio! Tudo bem! Tô aqui na Prefeitura [...]

Dando entrada no projeto [...] E eu preciso da inscrição imobiliária, que eu não tô achando!

– Já achou?

– Já achou, já achou! [...] Deu. Brigado! [...] Tá! Outra coisa, é o seguinte: do... Eu falei com o Marcelo na... nós fomos numa parada na sexta-feira [...] E ele falou que tava por aí, que não sei o quê, falou que vai autoriza [...] os cortes

– Tá!

– Depois eu falo com você, tá?

– Tá! Tá bom!

– Tchau!

– Tá bom, tchau!

Percy Haensch era dono do Sistema de Ensino Energia, um dos principais colégios e cursinhos de Florianópolis. Em outubro de 2005, Percy assinou com a Habitasul um contrato por convergência de interesses em construir uma nova sede do colégio em Jurerê. Para a construção, era necessário um processo que passaria pela SUSP, FLORAM, IPUF e FATMA.

Em 15 de agosto de 2006, há uma movimentação de Percy, do seu diretor – e enteado de Percy – Fábio Filippone e de Hélio Chevarria para agilizar a liberação de alvará para início das obras. Para saber desse andamento, Percy liga para o engenheiro da SUSP, Rubens Bazzo.

– Oi, Percy!

– Bazzo, o processo está indo aí agora de tarde pra vocês, tá? [...] E o número é 33941(2006). Acredita que veio

errado o número? Depois eu retifiquei. Enerpar é o nome da razão social.

– Isso.

– No endereço lá de... hoje o Hélio me encheu o saco, quase mandei ele a merda. Entende?

– Ahm, ahm!

– Porque, porra meu: vocês querem? Então me dê tempo. Se não eu pego minhas malas e vou embora. Falei bem assim pra ele.

– Lógico!

– Entendeu? Eu tô botando cinco milhões lá dentro.

– Hum, hum!

– É...Bazzo, tá? Eles estão me enchendo o saco, nem contrato eles fizeram, ficam pedindo mil coisinhas, você conhece a turma lá, né?

– Sei, sei, sei!

– Então eu preciso desse alvará pra eu entrar com o pedido de corte. Tá? Eu não sei até que dia você consegue isso pra mim!

– Agora vai pra fiscalização. Assim que sair da fiscalização passa no plano diretor, aí vem pra mim. E quando chegar pra mim, como é o mesmo projeto que eu já aprovei, é rapidinho. Mas aí depois vai pra finanças, né?

– Mas me faça um... Me olha com carinho!

– Lógico!

– Por favor, tá!?

– Pode ficar tranquilo! Um abraço, tchau, tchau!

Seis dias depois, em 21 de agosto, Rubens libera o alvará para a construção do colégio. No entanto, ainda é necessário fazer uma substituição no processo da quarta etapa de Jurerê Internacional, que está no IPUF. No dia 25, Rubens aciona José Rocha, gerente de planejamento do instituto.

– Alô, Rubens!

– Doutor Rocha! [...] Você tá no IpuF?

– Não, eu tô aqui na Agrônômica.

– Você não tem como anotar um número aí não, né?

– Um número de processo?

– É.

– Vamos ver se eu arrumo um papelzinho [...] Tá. Então manda ver aí no número.

– 28.841/2004. Sabe o que é isso?

– Ahm?

– É aquela substituição da quarta etapa do Juererê Internacional com o Parcão.

– Ainda?

– Não, isso aí tá rolando, que eu vou te dizer uma coisa. Aí nós deferimos aqui, mandamos pra Procuradoria pra só fazer o... só fazer o... o... termo de compromisso.

– Certo.

– Aí, eu tô vendo aqui que eles mandaram pra vocês. Depois dum tempo que ficou lá, mandaram pra vocês. Tu dá uma olhada pra mim?

– Dou.

– Tu sabe por que que eu tô perguntando isso?

– Ahm?

– Porque eu tô com o processo da Escola Energia lá, e eu só posso deferir se tiver a substituição da quarta etapa aprovada.

– Certo.

– E eles fizeram a substituição da quarta etapa baseada naquela lei nova, que modificou tudo ali. O parcão, aquela estória toda, né?

– Certo.

– Dá uma checada pra mim e depois me diz alguma coisa?

– Dou.

– Eu vou. Eu vou aprovar essa escola aqui e depois que se foda. Porque nós já deferimos a substituição aqui.

– Educação é prioridade.

- Tá bom, então. Dá uma olhada. Dá uma checada pra mim e me liga.
- Tu fica aí até meio, até uma hora?
- Não, eu vou sair, mas eu tô no meu celular.
- Tá no celular. Tá bom, então.
- Abraço.
- Tchau, tchau.

Com a autorização da SUSP e o entrave no IPUF resolvidos, havia ainda a necessidade daquela autorização de corte de árvores, que Marcelo garantiu a Percy. No dia 13 de setembro, na quarta-feira em que a secretária da Habitasul em Florianópolis reserva uma suíte para o técnico da FLORAM no Hotel Laje de Pedra, pertencente ao Grupo em Gramado, a licença é expedida.

Mas uma preocupação ainda abatia os envolvidos. A legalidade da construção. Para dar uma aparência de que tudo estava em ordem, Hélio colocou tapumes e uma placa com o número do alvará e da licença de corte, no fim de setembro. Outro funcionário da Habitasul, Cesar, contatou Rubens e pediu a cópia da planta, caso haja fiscalização do IBAMA ou da FATMA, já que sabia estar tudo garantido na prefeitura. Uma última precaução foi tomada por Percy, que pediu para Hélio arrancar as placas de área de preservação no local. O colégio já começava a tomar forma. Só que o IBAMA apareceu no dia 25 de outubro.

- Oi! – Atende Hélio.
- Não consigo falar com o Fábio, nada! E ele vai esperar alguém aqui... – Explica Cassiano Monguilhott, da empresa Meridiano, contratada para realizar o serviço de limpeza do terreno.
- Pois é, tô tentando falar!
- Ele vai notificar. O Cinésio tá com ele aqui e ele vai notificar.

- Notificar quem?
- Notificar o Energia, né? Hahaha! Claro, o Cinésio tá aqui. Tem uma retro aqui. Tamo fazendo uma limpezinha aqui pra eles. Tá?
- Tá. Tem o contrato com o Energia, de serviço?
- Tem, tem, tenho.
- Tá.
- Tem uma proposta aqui.
- Tá. Ele vai notificar ou vai embargar?
- Não, vai notificar. Está esperando alguém do Energia aqui pra notificar. Diz que é muita denúncia, muita denúncia, não sei o quê. Hahahaha!
- É? Tá. Eu tô tentando o Fábio aqui, tá?
- Mas aí, ele vai notificar quem?

A ligação caiu e a obra estava embargada. Uma hora e meia depois, Hélio liga para o diretor-presidente da Habitasul, Péricles Druck, e fala da notificação do IBAMA. Uma reunião com o órgão estava agendada para dali a cinco dias e Cassiano elabora com Hélio e Fábio Filippou uma estratégia, já que é preciso apresentar o contrato de prestação de serviço da proprietária da área com o executor dos trabalhos de supressão da vegetação e Hélio não o tem.

- Alô!
- Nós tamos saindo aqui do Ibama, Hélio! – Informa Cassiano.
- Hum, e aí? [...]
- Porque é o seguinte: o problema dele, sabe qual é? É o EIA/RIMA [Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente] da quarta etapa. Ele tá pegando no pé agora por causa disso. Ele perguntou se eu conhecia o termo de acordo do Ministério Público. Eu disse: ó, eu não conheço, eu só tenho essa folhinha que eu falei pra ti naquele dia, que é essa área assinada pela Analúcia, da Floram e do negócio...

então é bom você se arrumar nisso aí. É bom conseguir o EIA/RIMA da quarta etapa. Tá? E disse que a Floram licenciou errado essa área aí. Se licenciou vocês têm que ir atrás deles e cobrar deles, né?! Por que que eles deram uma licença errada? Hahaha!

– A licença da Floram tá errada?

– É diz ele, consertando, que a Floram tá errada. [...]

– Ah, então o que eles tão levantando é o EIA/RIMA da quarta etapa...

– Isso. E a Floram, que... que deu a licença errada aqui. Já chamaram expert pra analisar aquilo ali, que não sei mais o que, e pá pá pá...

– Tá.

– Amigo: e por que não tem licença da Fatma ele perguntou! Ahm, se não tem é porque não precisa. Hahahaha! [...]

– Tá bom, pode deixar. Tá?

– Tá bom, to passando aí, então. Eu e o Fábio. Tchau.

No dia seguinte à reunião, 31 de outubro, Hélio mobiliza Marcelo na FLORAM. No entanto, recebe a orientação de Paulo Mallmann para se afastar do caso do Energia. A preocupação é com a aparição excessiva de Hélio quando o assunto é o colégio, o que o torna responsabilidade da Habitasul, quando não é.

Já era 7 de novembro quando Marcelo disse para Hélio já estar com a manifestação da FLORAM para o IBAMA pronta, mas queria apresentar-lhe antes. Dois dias depois, com o aval de Hélio, avisa Percy que está tudo pronto na FLORAM.

No fim do mês, depois de outra reunião com IBAMA, Hélio diz a Percy que a estratégia mudou, já que outro empreendimento do Grupo, a boate KM-7, enfrenta o mesmo problema e o jurídico da Habitasul resolverá tudo junto.

No dia 12 de dezembro, a última reunião com o órgão foi realizada. Hélio liga para Cassiano com mais uma estratégia. Avisa que não é para calçar e manda jogar uma areia

por cima, simulando que lá, nada havia. Deixa claro que não é para avançar o serviço. Em seguida, Percy liga para Hélio, que elogia o superintendente do IBAMA, Luiz Ernesto Trein, dizendo ser um homem sensato. Ele determinou ser necessário apenas uma licença da FATMA. Com ela, a obra seria desembargada. A situação foi resolvida graças às reuniões, agendadas pelo fiscal do IBAMA, Apoena Figueiroa.

CAPÍTULO 2

JURERÊ II

A boate KM-7 foi erguida na Rodovia Pontal do Jurerê, acesso ao famoso balneário, com a ajuda de Apoena. Ao mesmo tempo em que a construção do Energia enfrentava problemas quanto à legalidade, no fim de outubro, Rubens Bazzo tratava de um novo empreendimento em Jurerê com Leandro Adegas, dono de O Santo Empreendimento, Produções e Eventos Ltda.

- Alô.
- Alô Rubens. Leandro Adegas. Tudo bem?
- O Leandro. Fala. Tudo bem?
- Eu tô inventando moda aqui de novo. Eu queria saber se eu posso te mostrar pra saber o que tu acha.
- O que que se tá inventando? Ah, aquela boatizinha ali da...
- De Jurerê
- De Jurerê. Não, pode. Só que eu não vou tá na Prefeitura hoje Leandro.
- Tu não tá hoje?

– Não, eu tô envolvido com moto bode hoje. Eu tenho que organizar aquela coisa.

– Ah tá.

– Entende? Pode ser ou você pode mandar pelo Rodrigo pra mim ou segunda-feira né Leandro

– Tá, é que eu já queria meio que, levar meio pronto pra ti. Então a gente mexe bem aqui no fim de semana e segunda eu te levo de manhã, pode ser?

– Então tá bom. Tudo bem. Combinado!

– Valeu Bazzo! Abraço.

O filho do engenheiro da SUSP, Rodrigo Bleyer Bazzo, contou com a ajuda do pai e de seus amigos na Habitasul para que não houvesse problema na construção da boate. Na mesma reunião de Hélio no IBAMA, em novembro, o fiscal Apoena falou da pressão que sofria para embargar a obra, neste ponto a todo vapor apenas com alvará de construção da prefeitura – este emitido após o início dos trabalhos. As denúncias eram no sentido de não haver a autorização do órgão federal. Na reunião, Hélio pediu que Apoena segurasse o embargo. O problema do KM-7 foi resolvido, mas as irregularidades seguiram até o fim das obras. Antes de expedir o Habite-se, no último dia de janeiro, a FLORAM liberou a autorização de avaliação de poluição sonora no dia 19, para viabilizar uma festa.

Rubens Bazzo também ajudou a Habitasul, junto do ex-funcionário da empresa Marcelo Nascimento, à época técnico da FLORAM, e de Juarez Silveira, com o objetivo de instalar um stand em um dos terrenos do loteamento Jurerê Internacional.

– Marcelinho, é o seguinte: a... Habitasul pediu uma autorização pra limpar um terreno lá perto do Clube XII... [...]

– Não, não, mas péra aí, ô Juarez! Tem um parecer negando! Tá?

– Sim! Eu sei, tá aqui comigo!

– Tá! A história é essa! [...] É, do Jarbas! Aí... eu fiz... Aí, veio pra mim. Tá comigo e eu falei com o Hélio, pedi um tempinho pro Hélio, porque a gente já tinha dado autorização pra aquele negócio lá do ... do hotel. Depois demos autorização lá pro En... pro Energia e pedi pro Hélio mais umas... uma semana pra dar um espaço...

– Você dá um jeito de me dar esse parecer favorável, sabe por quê?

– Não, eu vou dar favorável, não te preocupa, eu só pedi um tempinho, só! Só isso!

Pouco depois do parecer favorável à construção do Il Campanário concedido na FLORAM por Marcelo em março de 2006, a Habitasul protocolou na FLORAM pedido de autorização para limpeza de um terreno em Jurerê, próximo ao Clube 12 – localizado no canto da praia. O processo foi encaminhado a Jarbas Prudência Junior, no dia 21, por Eldeberth Adam. No fim do mês, o parecer foi negativo, indicando que o pedido deveria ser feito à FATMA, uma vez que “a área era coberta com vegetação de restinga em estágio avançado de regeneração”. Mas a empresa não desistiu.

Quatro meses depois, a Habitasul protocola um pedido de reconsideração, já que sua intenção é “implantar um acesso adequado a praia, de modo a preservar a vegetação existente na faixa de marinha”. Desta vez, o diretor Operacional da FLORAM encaminha, ainda em julho, o processo a Marcelo.

Já era outubro, e Marcelo não dava seu parecer. Com a demora, o verdadeiro interessado na limpeza do terreno, Paulo Toniolo Júnior, um dos sócios da concessionária da Mercedes-Benz DVA Automóveis, liga no dia 11 para Juarez porque deseja realizar um evento no terreno. Pede, então, que o vereador converse com Péricles Druck para que o contratempo seja resolvido. No mesmo dia, Juarez liga para Marcelo, que garante parecer favorável. Uma semana depois, o vereador

dor liga para Hélio Chevarria e para Péricles, pedindo que a Habitasul ceda o terreno em questão para o evento da DVA.

– E eu na verdade gostaria de atender o pessoal da DVA aqui o Toniolo, que me ajudam muito na eleição e são meus amigos mesmo, amigos de coração. (...) Tá, então é o seguinte, ó: eu precisava muito disso aí, porque e... o Toniolo é muito bacana comigo. Não é só por carro não. Só que eu queria atender os Toniolo que são meus amigos assim de... como o senhor! – Justifica Juarez a Péricles. A autorização sai em 19 de outubro, e Marcelo atribui autossuficiência à FLORAM.

Porém, a SUSP ainda precisava expedir uma autorização. No fim de novembro de 2006, Juarez diz para seu assessor Itanoir da Rosa que processo está encaminhado na SUSP, já que o mesmo se encontrava com o engenheiro Rubens Bazzo. Mais tarde, liga para Paulo, da DVA, para confirmar o andamento.

– E eu tô com a pasta dele toda pronta! Tudo certo e preciso dar entrada no Pró-cidadão! Mas ele não ligou mais pro Cláudio, mais nada. Eu só quero saber o seguinte: continua a fazer? (...) Não, eu tenho tudo aqui, mas eu não quero ligar para ele! Eu quero atender tu! Entendes? Eu quero saber o seguinte: continua atendendo? É... ele tá? É interessante pra ti? Não, porque é o seguinte: eu tô com o negócio todo pronto! Eu vou pagar as taxas, eu pago tudo, faço tudo! Agora o problema é que ele desapareceu e daqui a pouco ele diz: Paulo! Eu fiz outro caminho, eu fiz não sei o que! E na verdade, não é! (...) Paulo, pra ti não tem problema! Eu faço tudo que tu quiseres! Tá? Voc... voc... não... Meu Deus, tu és um... um irmão!

– Muito obrigado, muito obrigado! Valeu, Juju!

CAPÍTULO 3 JURERÊ III

Juarez Silveira usou de sua influência para resolver um entrave entre a Habitasul e Artêmio Paludo, dono, junto de um grupo, de um extenso terreno em Jurerê. A atuação do vereador ocorreu justamente na mesma época da implantação do estande da DVA Automóveis. Para entender o entrave, no entanto, é preciso voltar um pouco no tempo, direto para o ano de 1995, quando as duas partes assinaram contrato para implantação de projeto urbanístico em que Artêmio receberia uma porcentagem sobre as vendas.

A área em questão foi transformada em urbana, com a condição de construir loteamento com campo de golfe no prazo de cinco anos. Caso contrário, o terreno voltaria a ser rural, o que de fato ocorreu em 1997. Tornou-se necessário, então, a realização de novos estudos e aprovações de órgãos municipais para implementação de um novo projeto urbanístico, além de alteração do zoneamento com EIA/RIMA. Ainda assim, o contrato passou por duas renovações, uma em 2000 e outra em 2003, esta com prazo para o início da implementação até 30/12/2005.

Perto do fim desse prazo, o dono do terreno soube de uma LAP para construção de via marginal, expedida pela FATMA e assinada por André Dadam. Essa construção não estava no projeto de urbanização. Artêmio, com base no parecer do IBAMA de que deve ser observada a distância de 30 metros do canal DNOS ali existente, pediu a suspensão temporária da licença. Além disso, a licença da FATMA tratava de uma via de 18 metros de largura, diferentemente do projeto aprovado no Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), que apontava a largura de 15 metros.

Usando a licença de escudo, a Habitasul iniciou as atividades no fim de dezembro de 2005. No entanto, o contrato com Artêmio e demais proprietários possibilitava a renovação, a seu critério, até 30 de janeiro de 2006. No dia 15, o grupo deu cinco dias de prazo para a Habitasul apresentar todos os projetos. Dez dias depois, na falta dos documentos, o grupo decidiu pela não renovação do contrato.

Já era outubro e o entrave entre Artêmio e Habitasul se estendia. Juarez falou com Péricles para começar a agir.

– E outra coisa: o Paludo tá enchendo o saco, viu? (...) Já tão me pedindo pra, pra... bloquear todos os assuntos daquele loteamento lá deles, não tem? O genro dele, o Sérgio! (...) Mas eu, eu quero te dizer o seguinte: eu não vou dar chance pra eles. Eu quero é combinar com o senhor, o que o senhor quer que eu faça? – pergunta Juarez

– Eles fizeram um negócio que talvez resulte numa ação... numa ação nossa. Tá certo? – responde Péricles

– Tá, mas aí o senhor vê o que que o senhor quer, porque o seguinte, ó: no Deinfra eles não conseguiram nada, na prefeitura não conseguiram nada, então eles estão enlouquecidos. Então... vieram falar comigo ontem. O genro dele. (...) O senhor tem que me dizer qual é a linha que o senhor quer pra mim mandar recado. [...] Eu disse que eles não tem chance nenhuma. [...]

– isso aí vai dar (...) Numa ação judicial que vai esterilizar a área deles e vai nos impedir de aproveitar esse momento em que se está discutindo o plano diretor pra poder, inclusive, colocar aquela área no mapa!

– Ninguém vai mudar nada se não fosse eu! Tá certo? Se o senhor sair fora, eles tão morto! Pode ter certeza que eles não vão conseguir nada! (...) O senhor tem que me dar a... a linha como é que o senhor quer, que eu... O senhor me dá a linha e aí o senhor diz assim: Ô Juarez, faz isso. E eu vou até o inferno com essa postura!

No dia 24 de outubro, Juarez fala com Hélio sobre o encontro realizado no 2o Ofício de Registro de Imóveis, tratando-se do Cartório Gleyce Palma Ribeiro, onde conta com a ajuda de um amigo, resolvendo, assim, o entrave para a Habitasul.

– Escuta, ficou bom? – Juarez indaga para Hélio

– Eu vou falar pro Péricles lá do teu... da sua ajuda!

– O Valcyr é meu amigo, tá?

– Eu vi, eu vi, pô, negócio legal! Muito bom, Juarez!

– Entendes? Ele é meu amigo. Meu amigo, ó: foi pro meu casamento, ele e a esposa, vive lá em Gramado comigo. Eu levo ele sempre pra Gramado!

– Ele gosta de ti né? Pô! [...]

– E ele me deu um presente assim, que lá em casa, um tapete, mas um negócio assim que não existe, sabe? E, então, ficou um negócio assim! A gente se beija! E eu fiz a casa dele lá no canal da Barra! A Ângela Amim mandou derrubar e não deixei. Ele tem uma casa no canal da Barra. E a Ângela Amim mandou derrubar. Ele era cem por cento Ângela Amim, tá? Ela e o Esperidião. Ela man... Ela e a Beth Amim mandaram derrubar a casa, deck, derrubar tudo e eu não deixei, fui pra lá, botei meu carro lá e disse: eu quero ver vocês botar máquina aqui! E aí deixei meu carro lá duas semanas Hahaha! Ah, tu não sabe da estória? Deixei meu carro lá duas semanas. Dei-

xei o carro, liguei o alarme e deixei o carro duas semanas lá! Entendes? Fui ali na Santa Fé e peguei um carro pra usar e deixei o meu lá! Entendes? Deixei a minha Cherokee lá! Então é assim: ele tem uma gratidão comigo! Tá, ele disse, ó: eu vou mandar buscar o negócio lá em Canasvieiras, vou buscar aí, vou buscar aqui! Heim?

– Ajudasse ele, né?!

– E ele é amigo do Sérgio. Não visse ali, o genro do Paludo? Tu vê que eles andaram lá, não visse? Entendes?

– Mas foi muito bom, muito bom! Excelente!

– Olha aqui, vamos ver se botamos a Mercedes-Benz lá naquele...Compan... como é que é? No outro lá! Como é o Compa... Campa...

– Não, eu vou falar pra a Andréa! (...) eles esquecem dessas ligações, entende?”

– Porra, faz isso aí. Isso aí é pra mim, porra! Alô? Essa é pra mim e é pra vocês, cara!”[...] Eu tô fazendo pro cara da DVA, não visse que eu liguei agora pra ele, pra buscar uma Mercedes pra mim, que meu carro vai ficar na oficina? (...) Tu sabes que eu sou assim! Me trata bem que eu trato bem!

– Eu vou dar uma ligada pro Péricles!

Para obter tantas ajudas, a Habitasul retribuía os favores. Como diz a máxima da economia, “não existe almoço grátis”. Para Juarez Silveira, além de receber R\$ 40 mil da empresa em 2004 para financiamento de campanha, a empresa garantia diárias no Hotel Laje de Pedra. Marcelo Nascimento também usufruiu deste benefício quando da autorização do corte de árvores do terreno do Energia.

As doações para campanha de Juarez Silveira e um dos e-mails que comprovam a utilização de diárias estão nas próximas páginas.

Mapa do site | Página inicial | Conteúdo principal | Portal JE | Pesquisar...

English | Access

Tribunal Superior Eleitoral
O Tribunal da Democracia

Eleitor | **Eleições** | **Partidos** | **Jurisprudência** | **Legislação** | **Transparência** | **Instituições**

Acompanhamento processual e Push | Diário da Justiça Eletrônico | Inteiro teor de decisões | Pesquisa de Jurisprudência | Petição eletrônica | Sessões de

▶ Eleições / Eleições anteriores / Eleições 2004 / Dados das prestações de contas entregues

Preparar para Impressão | Exportar Arquivo

1 de 13 de 13 Receitas do Candidato 14456 JUAJAREZ SILVEIRA
Fonte: SPCE 2004 03/03/2005 (SANTA CATARINA - FLORIANOPOLIS)

Valor Total de Receitas do Comitê : **84.000,00**

CPF/CNPJ	Nome	Data	Valor	Tipo	Recib
22466835991	JUAJAREZ SILVEIRA	11/08/2004	1.000,00	cheque	000
82510280000142	AMAURI PEÇAS E VEICULOS LTDA	11/08/2004	2.500,00	cheque	000
48488399804	ARNALDO F. C. DE ALBUQUERQUE	11/08/2004	10.000,00	cheque	000
81595266000126	ESTANCIA CONST. INC. LTDA	12/08/2004	2.000,00	cheque	000
0026362191	EVERALDO MEDEIROS	27/08/2004	2.500,00	cheque	000
22466835991	JUAJAREZ SILVEIRA	01/09/2004	3.000,00	cheque	000
87919437000292	HABITASUL EMP. IMOB. LTDA	06/09/2004	20.000,00	cheque	000
48488399804	ARNALDO F. C. DE ALBUQUERQUE	09/09/2004	111,70	dinheiro	000
48488399804	ARNALDO F. C. DE ALBUQUERQUE	09/09/2004	9.888,30	cheque	000
83041830000194	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS ZITA LTDA	21/09/2004	5.000,00	cheque	000
825116857000291	FORVIACCO CONSTRUÇÕES E COM. LTDA.	23/09/2004	3.000,00	cheque	000
87919437000292	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	27/09/2004	20.000,00	cheque	000
79812178000197	KOERICH CONSTRUÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA	29/09/2004	5.000,00	cheque	000

Captura de tela do site do TSE - 18/11/2014

Message1004

Subject: RES: Eleição

From: HELIO CHEVARRIA

Date: 04/10/2004 16:37:06

To: leandro.schoninger@jurere.com.br

Message Body

OK Leandro.....o Reis ficou mal, mas nós ficamos bem com ele, senão ele poderia dizer ter sido a Habitasul a culpada por sua derrota.

-----Mensagem original-----

De: LEANDRO LUIZ SCHONINGER [mailto:leandro.schoninger@jurere.com.br]

Enviada em: segunda-feira, 4 de outubro de 2004 16:22

Para: helio.chevarria@jurere.com.br

Assunto: RES: Eleição

Muito mal...

Por outro lado, o Juarez está em seu 6o. mandato. Agora ele fará aquela festa para os apoiadores de campanha: HEI e Cecrisa, lembra?

Bola dentro ter apoiado o candidato, com recibo eleitoral, e o mesmo ter ganho.

Agora temos nosso nome vinculado a ele por 4 anos. Vamos ver o que podemos aproveitar dele neste período. Uma coisa é certa, precisamos deixar algumas reservas no HLP durante o ano para ele...

Leandro

-----Mensagem original-----

De: HELIO CHEVARRIA [mailto:helio.chevarria@jurere.com.br]

Enviada em: segunda-feira, 4 de outubro de 2004 16:00

Para: leandro.schoninger@jurere.com.br

Assunto: RES: Eleição

O Reis foi mal heim?

-----Mensagem original-----

De: LEANDRO LUIZ SCHONINGER [mailto:leandro.schoninger@jurere.com.br]

Enviada em: segunda-feira, 4 de outubro de 2004 10:25

Para: HELIO S. CHEVARRIA (E-mail)

Assunto: Eleição

Nome Nº Partido Votos % de votos válidos

JUAREZ SILVEIRA (eleito) 14456 PTB 3.568 1,63%

ENGENHEIRO REIS 22004 PL 282 0,13%

E-mail contido no Inquérito

Já Rubens Bazzo e José Francisco da Rocha eram assessores especiais da empresa e constavam na planilha de pagamentos. Além de um terreno em 2001, o engenheiro da SUSP recebeu, em 2003, R\$ 14.400,00 e, no ano seguinte, R\$ 24 mil. Já José Rocha, por sua assessoria a partir de outubro de 2002, ganhou R\$ 130 mil.

Message1923

Subject: RI Nº 127/10 - Licitação: L127.9/1 - Status

From: Corpore RM - Mensagem automática

Date: 19/01/2004 16:05:58

To: helio.chevarria@jurere.com.br; leandro.schoninger@jurere.com.br; leandro.bassedone@jurere.com.br; mauricio.valverde@jurere.com.br; felipe.moleta@habitasul.com.br

Message Body

... Sistema de Gestão de Empreendimentos ...

Cesar Refosco -

RI - Relatório de Investimentos Nº: PLAN 127.9 Nº de Ordem: 127/10 Data:

19/01/2004

Descrição: Valor solicitado

Renovação de Contrato de Rubens Bazzo para Assessoria em processos de aprovação junto à Prefeitura de Florianópolis. R\$: 18.000,00

Empresa: HABITASUL EMPREEND.IMOB.LTDA 1 Solicitação de Compra ?

Unidade de Negócio: JURERE INTERNACIONAL 2 Contratação de Serviço |

Solicitante: Cesar Refosco 3 Aditivo de Contrato ? Função: Gerente de Projetos 4 Outros / Diversos ?

Contratação de Serviço Rubrica onde está alocada a verba Valor Previsto: R\$ 154.000,00

Projeto: ASSESSORIAS ESPECIAIS Valor consumido até a presente data: R\$ 21.268,17

Area de Apoio: Operacional - Planejamento Valor com aprovação pendente: R\$ 21.268,17

Tipo de Fluxo: Prestadores de Serviços / Outros Prestadores de Serviços Valor disponível para investimento: R\$ 132.731,83 ... Suplementação de verba: R\$ 0,00

Informações Técnicas

Orcado por: Cesar Augusto Refosco Data: 19/01/2004 Ramal/Telefone: 48-261-5500. P.Fornecedor.Contato.Telefone.Preco.Condições...

P1 RUBENS BAZZO Bazzo 18.000,00 X P2 HDI Proposta sem Efeitos 0XX513226217 25.000,00

Ressalvas / Observações

Esse contrato vem sendo renovado a três anos. Trata-se de assessoria que tem nos facilitado as tramitações de aprovação junto à SUSP de Florianópolis (ex. Arte Dell Acqua e Flats da Quadra 5, além dos projetos de desmembramento...).

E-mail contido no Inquérito

CAPÍTULO 4

NORTE DA ILHA

Era o último dia de julho de 2006, e Pedro Paulo da Silva, dono da empresa Toposolo, precisava falar com Alexandre sobrenome, na FATMA, sobre uma reunião na Procuradoria Regional da República com Analúcia Hartmann. Pedro Paulo atuava em processos de obtenção de licenças para empreendimentos de Eduardo Gomes. Ele ligou para a FATMA, mas o gerente de licenciamento não estava. No dia 17 de agosto, Pedro Paulo fala com Alexandre sobre o condomínio de Eduardo no Rio Vermelho, tema da reunião com a procuradora.

– Chegasse a dar uma olhada lá no nosso assunto do Rio Vermelho? [...] – indaga Pedro Paulo a Alexandre.

– Tô no aguardo do cara me mandar ali a confirmação! Diz o Jânio que ia pedir pra ele dar uma agilizada lá! Isso ele me falou ontem à noite. E... e o teu processinho, os projetos encaminhei pro técnico dar uma analisada!

– Tá, e quando é que vamos ter isso aí, Alexandre? Tens idéia?

– Depende dessa resposta.

– Puta que pariu! Pensei que tivesse resolvido com esse projeto aí, pô!

– Não, tá resolvido, tá parcialmente, né! Depende ainda saber se pode ou não pode fazer coisa lá no Rio Vermelho, no lençol lá, no aquífero [...]

O que impedia a construção do condomínio Jardim Rio Vermelho era uma recomendação do Ministério Público Estadual, de fevereiro de 2004. O documento dizia para não licenciar novos empreendimentos de médio e grande porte na região do aquífero dos Ingleses e Rio Vermelho e foi recebido pelo diretor-geral da FATMA, Jânio Wagner Constante.

Jânio também assinou uma portaria – segundo o inquérito, sem número – em 7 de abril de 2006, com quatro artigos:

“Art. 1º: Não serão concedidas licenças ambientais prévias de instalação a novos empreendimentos de qualquer porte, situados na região do aquífero dos ingleses e do rio vermelho.

Parágrafo único: Aos empreendimentos em fase de conclusão ficam assegurados os devidos licenciamentos, desde que satisfeitas as normativas existentes, bem como a legislação ambiental vigente.

Art. 2º: Não licenciar poços artesianos e outros meios de captação de água potável, salvo quando o fornecimento de água for realizado pela Casan.

Art. 3º: A realização de estudos de diagnóstico completo da real situação do referido aquífero, ensejarão a reavaliação desta portaria.

Art. 4º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.”

Foi em 22 de agosto que Pedro Paulo ligou para FATMA atrás de Alexandre, mas foi Evandro quem o atendeu. O processo do Rio Vermelho está com ele, que aguarda posição quanto à recomendação do MP-SC, já que não pode licenciar médios e grandes empreendimentos enquanto não sair estu-

do hidrogeológico. No entanto, uma semana depois, a LAI é expedida e tem como base o parecer técnico do servidor Newton Pizzolatti.

Durante o mês de outubro, Pedro Paulo e Eduardo manteve contato frequente com Juarez Silveira para acompanhar o processo, que, durante esse tempo, passou pela Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Pró-Cidadão e SUSP. Para garantir a construção do Jardim Rio Vermelho, o vereador, que tratava Eduardo pelo apelido de Neneco, aciona seu cunhado, Renato de Sousa, secretário da SUSP.

– Passa para o Marcelo da FLORAM, o Dr. Jaime já mandou o negócio do Neneco aí!

– Nececo?

– Alô?

– Ah! O... Mandou! Tá tudo aqui, já tá aqui

– O Neneco vai te ligar, porque precisa mudar. Eles cometeram um erro aí de nomes, da empresa (...)

O processo se define foi aprovado em novembro, e dependia apenas de algumas modificações, explicadas a Eduardo Ramos pessoalmente por Juarez e Renato. No entanto, não foi apenas nos órgãos da prefeitura que o condomínio dependeu para ser construído. Houve uma alteração no Plano Diretor de Florianópolis.

O Projeto de Lei Complementar do vereador João da Bega, que tornou isso possível, é de 2003. A FLORAM e o IPUF se manifestaram contra esse projeto, que obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Viação, ainda em 2003. Mas foi em dezembro de 2006 que aconteceram a primeira e segunda deliberações, seguidas das respectivas votações e aprovação da redação final. A lei foi promulgada em 16 março de 2007.

A situação do Jardim Rio Vermelho se assemelhava à do empreendimento Vilas do Santinho, de Fernando Marcondes

de Mattos, dono do premiado resort Costão do Santinho. A mesma portaria da FATMA, de abril de 2006, trazia problemas para seu licenciamento. Para contornar o obstáculo, Fernando entrou em contato com André Dadam, também no fim de julho, para pressionar a FATMA, no sentido de permitir a construção de seu novo empreendimento. A essa altura, André já era candidato a deputado estadual.

Na tentativa de garantir votos, André decidiu se movimentar. Em 3 de agosto, ele agiliza a situação de Fernando com Jânio.

– Fala, ilustre deputado!

– Ô, Jânio, o Marcondes me ligou e eu pedi ele pra ligar pra ti!

– Já falou comigo!

– Já? É sobre uma portaria.

– Diz pra ele que a minha portaria não tem nada disso. Que a portaria fala... eu, eu... teve um outro problema lá que eu ainda fui e li essa portaria ontem. Essa portaria diz o seguinte: que os licenciamentos...

– Eu tô com a portaria aqui na mão, ó. [...] "Não serão concedidas licenças ambientais prévias de instalação a novos empreendimentos de qualquer porte, situados na região do aquífero dos ingleses e do rio vermelho." Esse é o artigo primeiro.

– Ah, ahm. Tá.

– Aí o parágrafo único diz que os empreendimentos em fase de conclusão, aqueles que já foi dado licença, no caso, né?

– Ahm, ahm. [...] O dele já não tinha?

– Não, o dele não tem ainda. É um novo que ele está fazendo.

– Ah, tá. Ele tá dando entrada agora?

– É! Bem como a legislação ambiental vigente.

– Eu já falei com o Alexandre. O Alexandre acha que o

dele o problema vai ser o seguinte: que tem uma recomendação ali que tem que ter EIA/RIMA.

– "A realização de estudos de diagnóstico completo da real situação do referido aquífero ensejarão a reavaliação desta portaria". Esse estudo já foi feito?

– Não.

– Eu disse pro Marcondes, ó: o único jeito de... de da... de alguém dar a licença pra ti nesse caso aqui, é se for cancelada essa portaria. Não tem outro jeito. Se voltar atrás nessa portaria. [...]

– É, mas eu ente... Eu disse pra ele que eu entendo que a portaria, ela não inibe, entendeu? Porque tem que ter o financi... tem que ter o, o, o... o fornecimento público. Assegurado o fornecimento público que é o comprometimento hídrico da retirada.

– Ah, mas isso não é o que diz aqui, né, Jânio! Então teria que retificar essa portaria aqui. Teria que botar aqui o seguinte, desde que...

– Eu vou ver isso aqui, eu vou ver isso aqui.

– Botar: nos casos em que a Casan é... liberar o abastecimento público de água, né?

– Ahm, ahm!

– É... nos casos... nesse tipo de... caso a Fatma não fará óbice quanto ao licenciamento. Obedecida a legislação ambiental vigente.

– Hum, hum. É, eu vou dar uma olhada nisso aqui, porque...

– Entendes, Jânio? É por tais pensando... É que o artigo segundo, ele não fala isso. Ele fala que é só pra poços artesianos e outros meios de captação. [...] Tá?

– Tá legal, Dadam, vou dar uma olhadinha nisso aí.

– Dá uma olhada nisso aí.

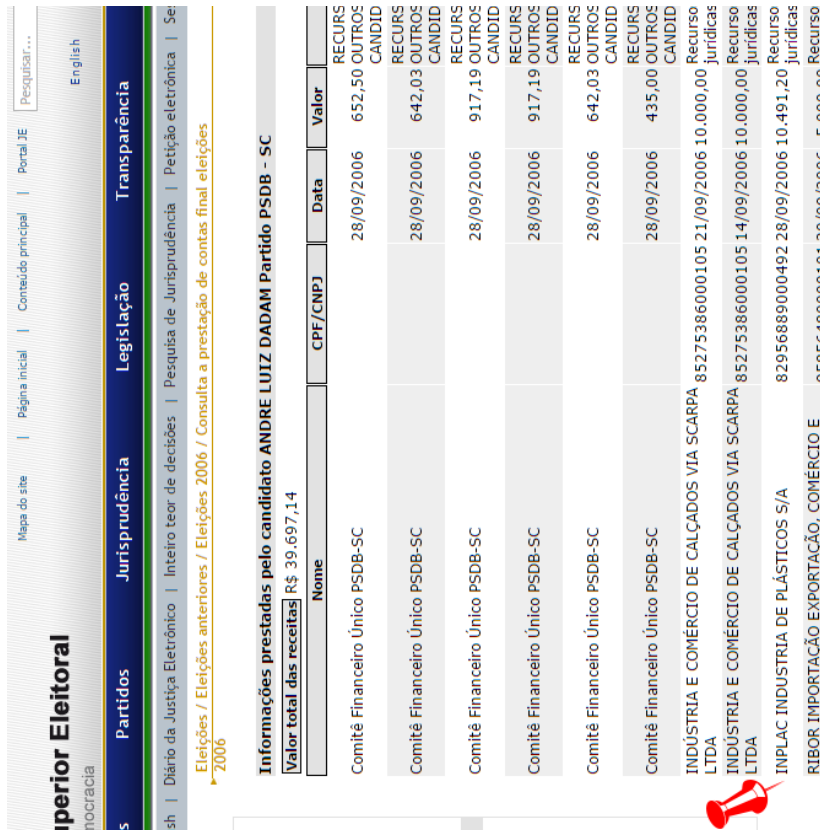
– Tá legal.

– Valeu, parceiro?

– Valeu, querido, um abraço.

– Tchau!

No dia seguinte dessa conversa, Paulo Bornhausen, candidato a deputado federal, disse a André que Fernando garantiu apoio ao candidato em Biguaçu, município vizinho de Florianópolis. Além do apoio pessoal do dono do Costão do Santinho, houve também apoio financeiro. Sua outra empresa, INPLAC, doou R\$ 10.491,20 para campanha de André, como mostra o site do Tribunal Superior Eleitoral. O mesmo valor foi utilizado pelo candidato na produção de material da campanha, feito pela mesma empresa.



Mapa do site | Página inicial | Conteúdo principal | Portal JE | Pesquisar...

English

Partidos | Jurisprudência | Legislação | Transparência

Diário da Justiça Eletrônico | Inteiro teor de decisões | Pesquisa de Jurisprudência | Petição eletrônica | Se
Elições / Elições anteriores / Elições 2006 / Consulta a prestação de contas final eleições
2006

Informações prestadas pelo candidato ANDRE LUIZ DADAM Partido PSDB - SC

Nome	CPF/CNPJ	Data	Valor
Comitê Financeiro Único PSDB-SC		28/09/2006	RECURS OUTROS CANDID 652,50
Comitê Financeiro Único PSDB-SC		28/09/2006	RECURS OUTROS CANDID 642,03
Comitê Financeiro Único PSDB-SC		28/09/2006	RECURS OUTROS CANDID 917,19
Comitê Financeiro Único PSDB-SC		28/09/2006	RECURS OUTROS CANDID 917,19
Comitê Financeiro Único PSDB-SC		28/09/2006	RECURS OUTROS CANDID 642,03
Comitê Financeiro Único PSDB-SC		28/09/2006	RECURS OUTROS CANDID 435,00
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS VIA SCARPA LTDA	85275386000105	21/09/2006	10.000,00
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS VIA SCARPA LTDA	85275386000105	14/09/2006	10.000,00
INPLAC INDUSTRIA DE PLÁSTICOS S/A	82956889000492	28/09/2006	10.491,20
RIBOR IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E	08484440000101	20/09/2006	5.000,00

Captura de tela do site do TSE - 18/11/2014

No fim de agosto, o processo continuava emperrado na FATMA. Fernando pressionou André, pois a doação já fora realizada. Apesar da garantia de intervenção, nada aconteceu até 6 de setembro e Fernando pressionou André novamente.

– Oi!

– Dadam? Oi? Tudo bem?

– Tudo bom, amigo?

– O... semana passada eu tive uma reunião aqui com o presidente da Fatma e... porque o Alexandre mandou pra cá o negócio, agora, tinham três questões: uma é sobre a carta, que ele... o presidente não gostou dos termos; eu consegui refazer a carta e acabei de entregar pra ele; e... tinha uma outra lá, a outra era a sondagem do terreno, que nós tamos realizando; e o terceiro ponto é se precisa EIA/RIMA ou não. E esse assunto tá... complicado porque tá... o Ministério Público quer que faça e... todo mundo abre as pernas, pô! Já te falei... compreende-se como é? Não é que a lei manda! O cara disse que... É uma tristeza. Mas ele não falou assim categoricamente, mas ele assim... não entende nada, né? [...] não entende patavinas do assunto. E, tu podes fazer alguma coisa? Sobre isso, não? Sobre esse negócio do EIA/RIMA? Pra evitar esse troço? Aí eu não consigo lançar esse ano!

– Ahm, ahm!

– Imagina, EIA/RIMA com audiência pública, porra, tá louco?! Isso aí é uma loucura total! [...]

– Mas aí a jurídica lá não deu um parecer no sentido de que não tem necessidade?

– Não, tá aqui pra dar parecer. Mas quem é que vai dar esse parecer? Entendes como é? Nem sei como é que esse troço aqui funciona. Ele disse que vai me convocar semana que vem aqui pra uma reunião. Mas eu não sei como funciona aqui a estória. Quem é o procurador aqui, tu sabe? [...]

– O procurador é a doutora Rohde.

– Eu vou tentar descobrir alguma coisa, né? Falar com

ela, né? Acho que é o único jeito, né?

– É, tem que dar uma faladinha com ela. Pedir p o doutor, o seu advogado, o seu, o seu... [...] O doutor Camilo senta com ela, e tal pra zerar essa situação. Aí era uma coisa pra mim resolver, mas eu não tenho como ir aí. [...] Tá difícil passar aí. Até ontem eu não consegui chegar a tempo lá, doutor Fernando. Pra falar com o senhor.

– É, mas tô pagan... o Valério... tá me apresentando conta lá, reunião... mil pessoas, orra...[...] a conta tá grande lá, amigo. Tu tá em débito comigo, não é em crédito não. [...] Tás pensando o que? Porra!?

– É, mas depois nós vamos voltar aí pra...[...] Se Deus quiser, pra Direção-Geral aí e vamos fazer um grande trabalho.

– Tá bom Dadam, então a gente se fala, então.

– Valeu!

– Até já, amigo.

– Tchau!

Foi na sequência da ajuda de André a Fernando que, em 12 de setembro, Juarez, mais uma vez, mobilizou seu cunhado na SUSP, para beneficiar outro empreendimento no Norte da Ilha, o Floripa Loft Canajurê. A praia entre Jurerê e Canasvieiras recebeu o nome que une os dois balneários, Canajurê. Paulo Roberto Cordeiro, dono do loft, prometeu a seus compradores um acesso à praia em frente ao prédio, mas isso dependia de um decreto de desapropriação.

– Alô? – o secretário de urbanismo Renato atende seu cunhado Juarez

– Renato?

– Fala! [...]

– É o seguinte: o Paulo, o Paulo Cordeiro tá aí?

– Tá aqui!

– É o seguinte, o Dário teve lá com ele. E ele explicou

pro Dário sobre uma servidão. Então...

– Isso!

– O Bazzo... Diz que o Bazzo tem uma solução aí. [...] Tá? Aí tu vê o que tu podes resolver.

– Já tô fazendo isso. Já tô fazendo isso! [...]

No dia seguinte, a situação mudou. Juarez pediu para Renato não dar andamento ao processo. Uma nota publicada pelo colunista social mais conhecido de Florianópolis, Cacau Menezes, acusava a relação de Juarez com Paulo.

Currículo

Jornalistas de Curitiba que conhecem bem a figura me mandam o currículo do homem que veio do Paraná aprontar na Ilha, usando a Internet de forma criminosa para calar seus críticos. Um sócio seu em Curitiba entregou todos os amigos, beneficiando-se da delação premiada. A turma é internacional.

Cada vez mais nosso povo tem que tomar cuidado com os que chegam, como diz a letra do mestre Calibrina, dando uma de “doutor”. E o pior é que ainda tem vereador que leva o prefeito para se solidarizar com esse tipo de gente, também de olho no dinheirinho sujo deles, claro. Ou vocês pensam que custa barato andar de Mercedes conversível?

Reprodução da coluna de Cacau Menezes de 13/09/2006

Ainda assim, o empresário insistia e manteve contato com Rubens para agilizar a desapropriação.

– Eu já conversei com ele duas vezes até sobre o assunto. E eu disse pra ele que o encaminhamento é nós fazer um projeto de, de, de... decreto de desapropriação pro prefeito declarar de utilidade pública. Não tem outro caminho. Se é pra fazer em cima daquela área já, da pavimentada lá. – Explica Rubens a Paulo, já no início de outubro.

– Porque é deles mesmo, né Bazzo? Aquilo ali tá bem claro que é particular, né? [...]

– Eu tô em cima dele. Porque obviamente é ele quem tem que levar para o prefeito. Se tu quiser que eu faça... Aí, ficou pensando. Não sabe se quem tem que fazer a minuta é o próprio gabinete, ou se a gente faz e entrega tudo mastigadinho, né? Eu posso até... só que... Eu posso fazer, só que eu preciso saber de... das medidas, né? Por que tem que declarar de utilidade pública uma medida X: tantos metros quadrados, com tanto de profundidade... [...]

– É que eu tava esperando passar esse primeiro turno aí. Porque também tava todo mundo envolvido com essas eleições. Então eu vou, eu vou... eu vou falar com o PREFEITO hoje ou amanhã. Aí vou atualizar: ó, a situação é essa, e pode vir tudo mastigadinho lá da Susp e a gente faz. [...]

Ao mesmo tempo em que Paulo tentava resolver seu problema com Rubens, Juarez tratava com Renato o atraso intencional do processo. No fim do mês, Dário interveio e falou com o vereador sobre a situação de Paulo, mas Juarez achou melhor se afastar, ainda em razão da nota publicada por Cacau Menezes.

O desfecho se deu apenas no fim de novembro. Ao ser indagado por Paulo se Rubens já fizera a minuta do decreto de desapropriação, Renato respondeu que sim, mas queria ler o documento antes. Mais tarde, Juarez tranquilizou o dono do loft, informando que seu assunto estava resolvido.

CAPÍTULO 5

UMA CASA NO SAMBAQUI

E UM HOSPITAL NO JOÃO PAULO

Era 9 de novembro quando Juarez Silveira voltava de carro de uma ida ao Uruguai. Comprara alguns vinhos e outros produtos, quando a Polícia Rodoviária Federal o parou no posto policial da BR 101 em Palhoça. A voz de prisão por descaminho – não pagar o imposto devido pela entrada ou saída de mercadoria – foi dada, mas ele não iria para a cela tão fácil assim. Disse que sofria do coração, sua pressão havia subido, e precisava ir ao hospital. Mas não qualquer um. Após uma ligação, foi para o SOS Córdio, centro especializado em emergências cardíacas. Sua ida para lá não foi a toa. Juarez havia um assunto pendente para resolver.

Sérgio de Almeida é cirurgião cardiovascular – um dos sócios da SOS Córdio, um dos mais importantes centros dessa especialidade em Florianópolis – e queria construir uma casa em seu terreno no Sambaqui, bairro localizado no norte da Ilha. Mas havia uma pedra no meio do caminho – literalmente. Sérgio precisava cortar a pedra, mas uma fiscal da FLORAM não autorizou, já que o terreno se encontra em área de marinha. Em 9 de outubro, ele ligou para Renato, na SUSP, que

falou com Francisco, na FLORAM, para entender qual era o problema. O superintendente ficou de falar com a fiscal.

Francisco não conseguiu resolver o problema. Ficou constatado que o terreno era uma APP e não adiantava autorizar, que o IBAMA cancelaria. Por Renato, o médico poderia se resolver com o IBAMA e marcou uma reunião com Sérgio e Francisco, no dia 11. E no início da tarde daquele dia, Francisco ligou para Renato.

– Tô te ligando agora, porque à uma e meia eu cheguei ali e disse: bota esse mapa aqui na minha frente, e eu quero ver esse troço direito. – Ah, porque é uma pedra bonita! – Eu não quero saber se a pedra é bonita! Quero saber se pode ou não pode! – falou com empolgação Francisco.

– O fiscal, tanto o teu quanto o meu, eles tendem a emitir juízo pessoal a respeito do caso!

– Não, mas o IPUF é contrário! Eu disse: quero ver o parecer do IPUF. Aí vi lá que o parecer do IPUF era sobre a casa. Eu disse: o que que ele tá pedindo? É casa ou é quebrar a rocha? Nós só vamos autorizar a rocha! – Não, porque tem aterro, ele tá pedindo aterro, não tá. – Vontade de mandar embora! Mas se eu mandar embora, eu fico sem ninguém, né?

– Me diz uma coisa: o que que eu digo pro Sérgio, então? Porque ele vai lá às cinco da tarde.

– Não, tu diz pra ele o seguinte: que eu fiz uma reunião, que eu tô tentando contornar ali, porque algum técnico tem que dar parecer. Porque eu não posso dar parecer, né?

– Tá! Tudo manda esse processo hoje pro Pró-Cidadão?

– Não, até as sete horas eu já vou dar uma delimitada nisso aí. Porque eu vou pro dentista agora e depois tem uma reunião: às cinco horas eu já marquei com eles tudo de novo. Já chamei uns dois ali melhor, ...

– Maravilha! Maravilha! Maravilha!

– ... com a mente mais aberta, né?

– Me ajuda! Me ajuda! Porque é interesse pessoal do cara.

Ele é nosso amigo!

– Não, eu tô ajudando, mas tu sabe como é essa turma aí!

Mas Renato não confiava em Francisco e ligava constantemente para acompanhar o caso. Também sabia que, se não houvesse autorização, Sérgio detonaria a pedra de qualquer jeito. Com a insistência de Renato, Francisco prometeu mandar um fiscal verificar se a pedra estava realmente em APP. No dia 16, o veredicto não foi favorável.

Francisco ficara de encaminhar o processo para Renato, mas dois dias se passaram e nada de os documentos chegarem à SUSP. Juarez percebeu que havia alguma confusão entre seu cunhado e o superintendente da FLORAM e mandou Francisco passar o processo para o secretário. Era 19 de outubro e Francisco fora cobrado novamente. Explicou que a demora era para devolver para SUSP com parecer positivo. No entanto, após conversa com sua funcionária de que, de fato, se tratava de uma APP, decidiu mandar parecer contrário, somando-se ao do IPUF.

No dia seguinte, Sérgio ligou para Juarez para conferir o andamento. Juarez disse estar tudo certo, mas em seguida ligou para seu cunhado.

– [...] E o Marcelo da FLORAM, explica pro Marcelo da FLORAM – eu tô aqui com o Dário -, liga pro Marcelo da FLORAM e explica o negócio do Sérgio Almeida, que ele já vai pegar a obra, aí. – pediu Juarez.

Marcelo estava junto do vereador e passou a tratar do assunto com Renato.

– Renato?

– Oi!

– Marcelo! Que que houve, querido? Tudo bem?

– Escuta, esse meu amigo, porra [...]

– Deixa eu só, deixa eu só ficar num cantinho aqui, por causa do barulho. [...]

– Ele tem um terreno ali no Sambaqui, que eu já, eu, nós já expedimos a viabilidade, já expedi até a..., já autorizei até a construção, já expedi até o alvará. Agora, ele vai construir, vai..., vai ter uma pedra ali, que vai ter que cortar a metade da pedra! [...] É só um pedaço da pedra! É... É uma pedra pequena! Ele já tem autorização do Exército, tudo! Entendes? E... Só que aí o teu superintendente... Ah, vou te contar, né ô? [...]

– Ele, ele cria dificuldade. Entendes? Hahahahaha

– Nós sabemos! Nós sabemos! Mas só que ali, é uma amizade que nós temos ali, cara. O cara lá da SOS Córdio, um cardiologista, o cara é nosso amigo! E...

– Mas, o processo tá lá na FLORAM?

– Tá lá na FLORAM! Com esse, com o João Grandão lá! – referiu-se Renato a Francisco

– Com o João Grandão? Hahahaha! Tá! Deixa que eu vejo isso!

– É 45853! [...]

– Tá. Pode deixar!

– Tá, querido? O nome dele é: Sérgio Almeida! Anota aí!

– Não, só, só pelo número eu já, já, já falo!

– Ela pode ter dado o número errado aí... Pára aí! Pára aí! Só um minuto aí! (pausa) A... Aliás! Desculpa! [...] É 38543!

– Tá ok, então!

– É uma detonação de rocha!

– Tá ok, pode deixar!

– Obrigado, amigo! Obrigado, querido!

Tanto Francisco quanto Renato informaram Sérgio de que tudo estava bem no mesmo dia, 20 de outubro. Naquela noite, Renato também informou Juarez que construção da casa do cardiologista estava garantida.

Para dar ao corte da pedra aparência legal, eram necessárias mais algumas etapas e, para isso, Renato tinha uma estra-

tégia. O secretário iria entrar com um pedido de reconsideração sobre a definição da área, que, segundo o zoneamento do Plano Diretor, era uma área turística residencial. E quem faria esse pedido seria Marcelo, exigindo que o processo voltasse para FLORAM. No dia 23, Renato garantiu com Francisco que a distribuição direcionada.

Uma semana depois e Marcelo ainda não recebera o processo. Era uma sexta-feira e Renato cobrou de Francisco, que prometeu a entrega em mãos na segunda. Terça-feira, 31, Marcelo explicou para Sérgio o porquê de tanta demora.

Renato e Francisco estavam em conflito. O secretário ficara devendo um favor a Edelberth Adam, diretor operacional da FLORAM – portanto, superior de Francisco – e por isso o processo se desenrolava lentamente. A autorização final seria assinada por Francisco, mas era preciso ainda o parecer de Marcelo.

O dia 7 de novembro chegara, mas a pedra ainda continuava no caminho de Sérgio, que, mais uma vez, foi atrás de Renato. Seu desejo era apenas construir sua casa. No dia seguinte, Renato cobrou novamente Francisco e descobriu o parecer seria dado por Edelberth. Mas a informação que Sérgio recebeu de Marcelo era de que o processo chegaria a suas mãos. Assim, ficou marcada uma visita ao terreno para o dia 9.

Chegou, então, 9 de novembro, dia em que Juarez foi preso pela Polícia Rodoviária Federal. O vereador precisou de um médico pela súbita alta de sua pressão e foi para o SOS Córdio, onde permaneceu para não receber voz de prisão. Apesar de sua frágil condição, resolveu ali mesmo a pendência do cardiologista Sérgio.

– Do médico lá, como é que ficou? [...] – perguntou Juarez, ao lado de Sérgio, a Francisco

– Aquilo tá resolvido, do médico.

– Mas o Edelberth está segurando, tá?

– Não, não. Já foi pra, pra jurídica, já foi [...] Onde é que

tu andas? Eu preciso falar contigo, sentar contigo, cara!

– Na SOS Córdio.

– Que SOS Córdio do caralho?! O médico vai tar aí!!! Tás aonde? Tás no Lelo, no Leco? – Juarez passou o telefone para Sérgio.

– É verdade. É verdade. O homem tá aqui mesmo, tá aqui mesmo. Tá internado aqui! É verdade. É verdade. Não é brincadeira não. Tá na UTI aqui. Ele teve uma crise hipertensiva. É verdade. Teve uma crise hipertensiva e tá aqui me, me, me, é... Botamo ele aqui na unidade coronariana. É sério mesmo. Eu não tô brincando não.

– Barbaridade! [...] Pensei que ele tava brincando Hahaha! [...] Porra que merda, hein? Amanhã eu ligo pra ti, então [...] – Juarez retornou para o telefone

– Não. Tu és o culpado! Libera aquela merda lá! Tá? Se o Edelberth não assinar, eu corto os dedos do Edelberth. Diz pra ele [...] Ele me deve muito favor, o Edelberth.

– Amanhã, eu vou te ligar amanhã cedo, atende.

A autorização não demorou muito para ser expedida. Apesar de o parecer de Marcelo datar de 13 de novembro, foi no dia seguinte à prisão de Juarez, 10 de novembro, que Francisco aprovou o corte da pedra.

Juarez, contudo, não se preocupava apenas com sua saúde. O proprietário da Junckes Construtora e Incorporadora pretendia construir o Hospital Vita em um dos seus terrenos, no Santa Mônica. O que o impedia era o zoneamento da região. Até 14 de setembro, o local era classificado como Área Comunitária Institucional. Naquele dia, a Lei Complementar 250 o alterou para ACI-III – Área Comunitária Institucional na modalidade de Áreas de Saúde, Assistência Social e Culto Religioso. A lei entrou em vigor no dia 19, quando foi publicada no Diário Oficial Eletrônico. Com a publicação da lei, Juarez quis garantir o carro prometido pelo empresário e ligou para o empresário no dia 21.

– A hora que sair a publicação, aí tu pega a autorização comigo e pega lá com ele. – explicou Gilson

– Não, mas aí vai demorar, porra! – vociferou Juarez

– Não, o Juarez, mas assim ó: tu sabes que já teve problema de percurso aí, as coisas mudaram e eu preferia assim, ó! Eu também tenho pressa dessa publicação porque eu também tô precisando pegar a viabilidade pra poder pegar o alvará, entendesse? [...]

– Não, mas já tá no Diário Oficial, né?”

– Eu sei, mas tem que tá publicado pra poder...

– Mas o JB já não te deu uma declaração ontem? – referiu-se Juarez ao colega de Câmara João Batista

– Mas com essa declaração eu não consigo, não consigo fazer nada!

– Não, tudo bem. Não, entra com a consulta de viabilidade, tá?

– Então tá bom! Eu entro com a consulta de viabilidade hoje e tu...

– Entra e me dá a cópia. Esse assunto é comigo!

Gilson, no entanto, não prometeu apenas um carro. No dia 28, uma semana depois, o vereador tratou com o gerente de outra concessionária, a Santa Fé Veículos, sobre seu crédito de R\$ 50 mil.

Além da aprovação da lei, o processo para liberação do alvará do Hospital foi nebuloso. O chefe da Divisão de Normas Urbanísticas da SUSP, Rodolfo Matte Filho, informou poder ter sido Juarez a pessoa que entregou os documentos relativos à consulta de viabilidade em 3 de outubro. Como não trabalhava no protocolo, não poderia dar certeza. Porém, disse que recebeu o processo do Hospital por dois motivos: Juarez o entregou em mãos e Renato, seu superior, intercedeu diretamente.

Sabe-se que o processo de 12 de julho de 2005 aguardou até 28 de novembro de 2006 para que Renato despachasse

para Rodolfo, que já havia dado parecer favorável no dia 10 de outubro, para conclusão de análise, à luz da nova legislação.

CAPÍTULO 6 DO LADO DO MANGUEZAL

No último dia de julho, uma comitiva da prefeitura de Florianópolis formada pelo prefeito, Dário Berger, o secretário de turismo, Mário Cavalazzi, o procurador do município, Jaime de Souza, e o vereador Juarez Silveira partiu em direção a Porto Alegre. O objetivo era reverter a decisão do desembargador federal Edgard Lippmann Júnior que suspendeu, no dia 7 de julho, as obras do Shopping Iguaçu. Preocupados com as consequências da interrupção, que geraria riscos a saúde e integridade da população local, pois o sistema de drenagem estava inacabado, os quatro se dirigiram à capital gaúcha, mas retornaram sem sucesso.

– Lá sobre o índice ali, o zoneamento, o terreno todo não podia fazer isso! Pelo que eu sei! – Juarez falou para Renato no início de agosto

– Eu perguntei pro Bazzo

– Não, o Bazzo é o que não pode, pô! O Bazzo é que analisou! É a mesma coisa que tu pergunta pra criança que comeu o mel! [...] Outra coisa que eu queria falar contigo é o

seguinte: o negócio... chamar os amigos que tão devendo pra Prefeitura pra fazer o acordo! Se não você vai cancelar todos os alvarás!

Uma liminar do Superior Tribunal de Justiça cancelou a decisão do embargo, no dia 10 de agosto. Assim, foi dada continuidade às obras. E para que o shopping fosse construído com regularidade, entre setembro e novembro, enquanto aconteciam os licenciamentos, Margarida Quadros, do escritório de arquitetura Milani & Klein, responsável pelo projeto do Shopping Iguatemi, manteve contato com Rubens Bazzo, para uma consultoria. Foram tratados a aprovação do projeto, a construção de um muro, um outro projeto no bairro continental Coqueiros, a possibilidade de lojas no subsolo e a área de ventilação da garagem. Em um dos primeiros contatos, Margarida acerta com Rubens o pagamento de sua consultoria.

– É que eu viajei semana passada e eu queria saber se foi acertado alguma coisa contigo? – justificou-se Margarida a Rubens

– Foi, é... Um quarto, é!

– Ah, então eu queria saber porque, como ... eu tinha dito que era... comigo, e... eu liguei agora lá...

– Eles mandaram pelo Odilon!

– Ah, então... Bom, de qualquer forma vou conversar com ele essa semana para dar uma agilizada mais no valor!

– Tá bom!”

– Tá?

– Aham, aham, feito.

– Olha só: eu queria tirar uma dúvida contigo: quando a gente deu a entrada lá do... no Shopping, ah... tem uma área X de índice. Nesse nosso novo cálculo, ah... vai sobrar índice não vai? Ou a gente não tem que mexer nisso?

– Eu acho que não deve mexer. Acho que não deve mexer porque se não vamos levantar uma guerra com a Procura-

doria e pra atrasar daí é dois toques, né? Atrasar tudo! Eu acho que não deve mexer eu vou fazer, refazer todos os cálculos, vou fazer... e vou fazer uma tremenda de uma justificativa. Se eu fizer esse n... se eu adotar esse novo cálculo, né? E, mas, não mexe nisso não, Margarida. Fica, deixa fora!

– É. Eu tô insistindo pra não mexer, mas ele tá insistindo em mexer. Daí eu pensei: eu vou consultar contigo pra saber!

Ele é Paulo César Maciel, sócio da Santa Fé Veículos e do Shopping Iguatemi. O acerto, segundo a arquiteta, era de R\$ 20 mil, pagos em parcelas a Rubens. O pagamento, no entanto, não originava de seu escritório. E quem realizou o primeiro pagamento foi Odilon Furtado Filho, ex-secretário de urbanismo e serviços públicos.

Em 3 de outubro, dia seguinte a uma reunião sobre um outro empreendimento, Juarez estava aliviado, pois o enrosco deste shopping havia acabado. Seu cunhado, no entanto, não compartilhava este sentimento, pois ainda era cobrado por Paulo César. O empresário ainda dependia da SUSP e queria saber se o Habite-se para o outro shopping havia saído. Juarez também cobrava fidelidade de Renato, pois seu negócio era com Paulo César. O empresário, que também possuía uma concessionária, fornecia carros para o vereador. No fim do mês, Juarez mandou seu assessor, Itanoir da Rosa, ir à concessionária falar com o gerente Gilmar Fachini.

– Já vai no Fachini e vê tudo quanto é que eu tenho pra receber! Aqueles dois e meio é do Golf da minha irmã!

– Já falo com ele!

– Não, não. Nem fala nisso. Ele tem quarenta mil pra dar. Aí ele vai dizer quanto é que deu e pega aqueles recibos lá com aquele contador! Aí já vê quanto é que tem! Ontem ele deu sete mil, não é isso?

– Isso, pelas minhas contas falta treze!

– É, então tu já vê quanto é que falta que amanhã eu

preciso sem falta, tá?

– Tá, já to vou lá falar com ele agora e tô indo lá na Julieta direto.

Mas não era apenas Juarez que se beneficiava dos veículos cedidos por Paulo César. Através do vereador, Dário Berger utilizava um Ômega. Renato, seu cunhado, também utilizou os serviços automotivos da Santa Fé.

A relação de Juarez com Paulo César influenciou a liberação do vereador quando foi preso em 9 de novembro. Um dia após a detenção de Juarez, o vereador ligou para o empresário do SOS Córdio, onde ainda se encontrava, pedindo se ele teria o valor da sua fiança, R\$ 14 mil, a ser entregue para Renato ou Içuriti Pereira.

– Estás vindo aqui? – perguntou Paulo César a Renato.

– Isso!

– Estás aonde?

– Tô na frente aqui... da beiramar, quase aqui perto da... do... Mc Donald's aqui.

– Ah, tá! Então tá. Tô te esperando aqui.

– Queres que eu não vá, alguma coisa assim. Outro lugar?

– Não, não. Pode ser aqui Por que aqui e aí na ... no meio da beiramar é pior. Eu te espero aqui na... pode chegar ali e entrar que eu to ali.

A construção do shopping não envolvia apenas o terreno que antes pertencera a Santa Fé Veículos. O sistema viário no entorno era de responsabilidade de Paulo César Maciel, que contou com a ajuda de José Alexandre, o Juquinha, servidor da secretaria de obras, para obter o melhor preço nas desapropriações.

– Engenheiro, só uma perguntinha: quem foi fazer a avaliação foi o engenheiro Nilton? Só pra... – perguntou José ao

secretário de obras, Aurélio Remor

– Oi, Juquinha? Fala! [...]

– O engenheiro Nilton que foi fazer a avaliação pra ti?

– Não, não... ó... esse processo chegou pra mim ontem a tardinha, ta?

– Ahm, ahm!

– Ontem mesmo eu passei para o Luiz Américo, que é o melhor deles, ta?

– Pro Luiz Américo?

– É! Por quê? Mas chegou a tardinha isso! Não adianta pedir pra mim de manhã e não vir o processo pra mim! Eu disse! Agora eu to, eu to chegando aqui até vi: ó, o Aurélio, chegou ontem de tardinha!

– Não, ali é só umas pontinhas, entendesse?

– Não, mas tudo bem! Eu já vou fazer já... [...] Outra coisa: eu quero falar com o Paulo Cezar, ta eu preciso falar com o Paulo Cezar!

– Ta, só um minutinho! Ta, ta aqui comigo, queres falar?

– Quero!

– Tá, daí, Aurélio, vê se faz, dentro da realidade, o mais baixo possível, né! Tá?

– Ta bom! Ta bom!!

– Vou passar pro Paulo Cezar, ta?! Tchau!

– Alou!

– Oi, Paulo Cezar?

– Oi, Aurélio! Tudo bom!

– Esse processo chegou pra mim ontem a tardinha, ta?! Porra, então... nem milagre eu consigo fazer. Eu to tentando fazer, ta?

– Ta, não, não tem problema!

– Tá, não, eu to te avisando porque essas pressões assim são foda! Essa coisa chegou ontem a tardinha aqui, eu nomeei o melhor cara meu, tá? [...] E, outra coisa é o seguinte: eu tenho aí, tá?! Eu tenho que... eu preciso falar contigo, pessoalmente, tá?

- Falamos, falamos! A hora que tu quiseres!
- Amanhã! Tá? Amanhã eu quero ver se eu... é... eu dou uma ligada pra ti!
- Tá!
- Não sei se tas com muita... que amanhã eu acho que é mais tranquilo... é uma rua que nós fizemos aí, tá!
- Sim!
- E... e... o Juquinha sabe bem!
- Tá! [...] Um abraço, um abraço obrigado!
- Pode deixar que isso aí nós já vamos tá...
- Tá, não, sem problema! Sem problema, obrigado, obrigado! Tchau, tchau!

Antes ainda de as obras do Shopping Iguatemi terem sido embargadas, Juarez propôs projeto de lei para criar via pública em área cedida pelo empreendedor ao município em junho de 2006. A lei 7128/2006 foi promulgada em 29 de agosto, o que não agradou outro empresário, concorrente de Paulo César, Carlos Amastha. Ele ficara incomodado com a construção do Shopping Iguatemi e denunciou as obras para o Ministério Público, o que resultou no embargo.

A irritação de Carlos originava dos problemas que vinha enfrentando para construir o seu empreendimento, Shopping Florianópolis, às margens da SC-401, rodovia estadual que liga o centro às praias do norte da Ilha. Duas instituições denunciaram suas obras. A Empresa Nacional de Engenharia acusou que a construção estava em área de manguezal, terras de marinha, APP do Rio Pau do Barco, terreno limítrofe a ESEC Carijós, sem EIA/RIMA e anuência do IBAMA. Já a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias denunciou falsidade ideológica e uso de documento falso relativo às plantas do imóvel para que os limites do terreno não alcançassem a área de manguezal.

Foi em meados de setembro que a movimentação a favor do Shopping começou.

– Não, tô mandando o processo pra ti! Não, mas eu tô dizendo assim, pra se tu já puder verificar quem aí! Eu vou pedir de ti? Uma vistoria, né sobre a situação do... da obra do Shopping, tá? Deixando de lado aquelas exigências da lei. – referiu-se, Jaime, à Lei Complementar 175 de 2005.

- Tá! Da construção em si? – perguntou Renato.
- Como se você fosse dar um habite-se que não tivesse aquela lei ali! Tá. Que não tivesse aquelas exigências da lei. Concordas?
- Concordo em fazer. Não concordo em dar o habite-se sem cumprir a lei! [...]

– Isso, eu tô mandando pra ti. Como o assunto é, é, é... urgente, né? Por isso que eu tô tomando a liberdade de te ligar. Porque o processo tá indo pra ti, mas só que de repente tu já se antecipando, né? Escolhe uma pessoa boa aí, da nossa confiança aí pra ir lá fazer esse... Tá bom?

– Não, não. Pode mandar que eu... já informo isso aí de pronto. Já mando já um fiscal lá hoje ou amanhã.

- Tá certo. Sabia que podia contar contigo!
- Claro que pode. Tempo integral!
- Então se o seu parecer lá for favorável, aí eu dou o habite-se; se o parecer for contrário eu nego o habite-se! Tá?
- Olha! Não intica!
- Não quês enfrentar o presidente, é? - o presidente é Marcílio Ávila, que comandava a Câmara Municipal.
- Não, não quero!

No dia 12, a Procuradoria Geral do Município encaminhou o processo do Habite-se para a SUSP e, sabendo disso, Marcílio tentou garantir agilidade com Renato. Havia uma disputa entre os vereadores Juarez e Marcílio, cada um pleiteando seu shopping. Por isso, no mesmo dia, Juarez falou com Renato.

– O Marcílio te ligou hoje?

- Se ligou ou quantas vezes ele ligou? Você quer saber: o número? A quantidade de vezes? 39!
- Não recebesse nada ainda, né?
- Recebi. Recebi já aqui. Eu vou mandar, vou mandar alguém lá pra fazer o levantamento!
- Vai mandar quando?
- Não sei, vou mandar hoje, né? Ele queria que eu fosse na próxima meia-hora. É doido, né?
- Renato! O Sebastião é meio mole. Tu não assina nada disso aí, hein? Porque quem vai escutar na rua sou eu!

Ainda no mesmo dia, Renato encaminhou o processo ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, que tinha como diretor Sebastião Machado. O segundo relatório de vistoria, assinado pelo diretor e Mário Martins no dia 13 de setembro, apontava dez pendências referentes a obras e projetos – uma delas sobre a implantação inconclusa do sistema viário – e cinco a documentos.

Essa pendência que a vistoria constatou era uma das exigências da LC 175/2005 que trata do incentivo para construção de shoppings centers nas Unidades Especiais de Planejamento (UEP) Saco Grande Oeste, Saco Grande Leste e Monte Verde. O parágrafo III do artigo 2º da lei condiciona a expedição do Habite-se a “obras de melhorias nos sistemas viários exigidas pela municipalidade e de competência dos empreendedores, e que compreendem a ampliação da rodovia Virgílio Várzea, a implantação de alças de acesso entre a rodovia SC-401 e a rodovia Virgílio Várzea, a implantação de via marginal da rodovia SC-401, a implantação de ligação entre a rodovia SC-401 e a rodovia Virgílio Várzea e a implantação de passarela sobre a rodovia SC-401”. O texto foi proposto por Marcílio, em 2005, quando Carlos já intencionava construir o Shopping Florianópolis.

Para mostrar que a SUSP não foi conivente com o sobreposição à lei, Renato pediu para Mário adicionar ainda uma

linha no fim do relatório dizendo que a vistoria não levou em conta o disposto na lei 175 de 2005.

No fim de setembro, Marcílio já pedia ajuda a Juarez para que o Habite-se fosse expedido. A partir disso, Juarez falou com o gerente de operações do sistema viário do IPUF, Lírio Legnani, para não liberar o documento se as obras não estiverem prontas. Marcílio começou a ficar transtornado, segundo o próprio Juarez.

Levou mais alguns dias para o Habite-se ser expedido. Na véspera, 27 de setembro, a movimentação de ligações e acordos foi intensa.

- Manda ver o que é que tá faltando pra essa porra do Amastha, pra não sobrar pra ti! [...] O IPUF te dá o documento, tu libera? [...] O resto dá pra resolver? – perguntou Juarez a Renato.

- Daí dá pra resolver!

- Tu tenta marcar uma reunião com o Doutor Ildo, com a Diretoria do IPUF e faz ele dar o documento. Se ele te der o documento pra ti e se a Casan dizendo que o tratamento, a nova estação que tá já lá está funcionando, um documento original dizendo... – Juarez estava junto de Marcílio, Dário e Constâncio

- Tem que ter o alvará do Bombeiro, que isso daí é fundamental! [...]

- Tira essa abacaxi do seu nome!

- Mas não vai sair, não vai sair do meu nome porque quem vai expedir é a SUSP.

A preocupação do secretário e de Sebastião era o não cumprimento da lei, já que as obras não estavam prontas, mas o prefeito queria resolver a situação.

- Eu queria que o senhor fizesse uma reuniãozinha hoje, o senhor, o Renato da SUSP, e talvez o Doutor Ildo também,

pra dar uma analisada no habite-se Shopping! [...] Pra dar uma analisada no Habite-se do Shopping Florianópolis! Porque o Marcílio tá impaciente, agoniado, e et cetera e tal. E não tem nem Bombeiro ainda... então... tem que reunir a turma pra... pra botar nos lugares que dê pra botar. E se der pra dar o habite-se dentro daquele aspecto que não nos incomode, né, Doutor Jaime. Sem problema nenhum pra mim! – pediu o prefeito.

– Passei pro Marcílio exatamente o que que era necessário fazer pra ele pegar o habite-se.

– E aí o senhor chama o Marcílio. Que o Marcílio tem sido um cara legal pra nós, sabe, Doutor Jaime?!

– Sem dúvida!

– Ele luta ali sobre esse aspecto aí, mas ele tem sido muito legal! Se eu puder ajudar ele, eu gostaria.

A reunião ocorreu na tarde do dia 27. A conclusão era de que a LAI, que já estava com Renato, dispensava a LAO antes da operação. Por conta do trâmite, Juarez acusava Marcílio da corrupção do esquema do Habite-se e cobrava por que ele fazia tudo por Carlos. Marcílio se defendia dizendo que o empresário não conseguia resolver.

O dia da liberação do Habite-se não foi diferente da véspera. Marcílio ligou para Renato inúmeras vezes e acompanhou a redação da vistoria no IPUF junto de Ildo e Lírio. Juarez duvidava que Ildo, que também é delegado da Polícia Federa, iria concordar com em assinar o documento.

Ildo, junto do engenheiro do IPUF Carlos Medeiros, assinou o ofício endereçado a Renato. O documento traz o parecer de Carlos e Lírio, de 28 de setembro, sobre a vistoria realizada no dia anterior. Nela, ficou constatado o cumprimento das exigências da lei, sem informar, no entanto, a conclusão da parte viária – ligação entre a Rodovia Virgílio Vázea e passeios, canteiros e sinalização.

CAPÍTULO 7 NO CAMINHO DO SUL

No dia 6 de dezembro de 2005, Aurélio Remor, então vereador da Câmara de Florianópolis, propôs um projeto de lei complementar que alteraria o zoneamento de uma região específica na Costeira do Pirajubaé. A modificação de Área Residencial Exclusiva para Área Residencial Predominante se tornou possível através da Lei Complementar 256 de 2006, publicada em 25 de outubro, permitindo a construção do supermercado Bistek, inaugurado dois anos depois no exato local da alteração.

Depois que o PLC foi apresentado, o texto recebeu parecer favorável da Procuradoria da Câmara em março de 2006, da FLORAM e do IPUF em abril e da Assessoria de Engenharia, da Comissão de Viação e da Comissão de Constituição e Justiça em agosto. A primeira deliberação e votação se deu em 28 de agosto. A partir daí, quando o texto voltou para o IPUF para nova avaliação, os proprietários da rede João Carlos, Walter e Mário Cesar Ghislandi entraram em contato com Juarez Silveira.

João Ghislandi foi à SUSP em 12 de setembro encontrar

com Renato de Sousa, que já recebera a cópia do projeto de lei. O secretário liga, então, para seu cunhado.

- Alô?
- Renato?
- Oi, fale!
- Tudo bom? O pessoal do supermercado está aí. O Sebastião mandou pro Alfredo Ceron, não tem?
- Ah, tá certo!
- Dá uma olhadinha ali, vê o que está faltando. Dá uma atençãozinha pra eles. Depois eu converso contigo!?
- Tá, eu tô indo lá pra Lagoa do Peri, que o Dário ligou e pediu que a gente chegasse aqui um pouquinho mais cedo.
- Tá, mas... Tá aí na secretaria?
- Tô, eu tô aqui. Eu vou ali ver o que é que é...
- Vê o que que é!
- Já vou ali já eu! Tá!
- E depois manda aquele cabelo branco me procurar! Tá?
- Tá bom, querido!
- Tá bom? Falou, tchau!
- Tchau!

Os sócios do Bistek dependiam da aprovação da lei, que ainda estava no IPUF, para construir sua loja na Costeira e se preocupavam com possíveis entraves. Em 25 de setembro de 2006, o texto final foi aprovado. No dia seguinte, Mário quis saber do encaminhamento da lei e Juarez afirmou que precisavam aguardar apenas sair o número da lei para iniciar as obras.

Enquanto Juarez se preocupava porque agia como Marcílio em relação a Carlos Amastha – resolvendo tudo para os donos do supermercado –, Renato e Lauro Fernandes, servidor do IPUF, tinham outro assunto em mente.

- Alô? – Lauro disse ao telefone.

- Ô querido! – saudou Renato.
- Boa tarde, meu amigo?
- O que que tens pra me dizer?
- Tenho pra te dizer que nós avançamos com aquilo daquela forma aquele dia, tu lembra? Que falamos?
- Tá! Tu não tem nada aí? Vou passar o final-de-semana duro, eu?
- Esse final-de-semana vais, porque ele não consegue nem... retirar, né? Tá tudo fechado!
- Mas tu fez depósito?
- Fiz!
- Tua conta qual é, Besc?
- Como?
- Tua conta é Besc?
- Não, eu não fiz na minha, né!
- Pois é,... vai ficar mais um mês pra receber, não, né?
- Nã, não... [...] Eu fiz direto. Tu me passasse, eu fiz direto pro rapaz do escritório lá.
- Tá, e ele pegou e não mandou nada. Eu não entendo!
- Não entendi!
- Digo: e o cara não mandou nada?
- Não...
- Tá, pegou segunda-feira, hoje é sexta-feira e não deu mandar nada?
- Isso, eu passei pro Rodrigo. O Rodrigo fez um depósito na conta dele. Tá? Isso ele fez na terça-feira!
- Mas isso é 24 horas, pô!
- Não, é de Criciúma! É de Criciúma!
- Pois é, é de Criciúma, mas eu estive no banco... a compensação..., pelo valor, pelo valor de... de..., pelo valor de R\$ 4.000 é 24 horas.
- Não, o Rodrigo me... [...] O Rodrigo depositou na conta dele e não... por isso que eu nem queria fazer esse depósito eu, né? Então diz que sai no início da semana. Hoje ele foi no banco e tava em greve. Tá?

– Eu vou ficar duro pra caralho! [...]

Voltando à lei, preocupação dos sócios do Bistek e, conseqüentemente, de Juarez Silveira, o texto estava aprovado, mas ainda dependia da sanção do prefeito Dário e da publicação no Diário Oficial. No dia 5 de outubro, com a lei ainda sem sanção, o engenheiro do Bistek, Márcio Bonassa, Juarez Silveira e Sebastião Machado se encontraram na SUSP. Logo após à reunião, Juarez pediu que Lauro falasse a Jeanine Tavares, diretora de planejamento do IPUF, que o parecer do projeto e alvará de construção supermercado deveria ser favorável. Lauro ficou confuso, pois achava que Juarez não queria o andamento desse processo. Na verdade, o vereador trancara o processo do concorrente, Giassi.

A entrada do processo, de fato, para obter aprovação do projeto e alvará de construção se deu em 9 de outubro, segunda-feira. No mesmo dia, Juarez se encontrou, mais uma vez, com Márcio Bonassa e o empresário João Carlos Ghislandi, na SUSP. Ainda na segunda-feira, Sebastião Machado registrou a providência em que autoriza a entrada deste processo, sem a consulta de viabilidade e projetos complementares, que seriam anexados ao longo do processo. Dez dias depois, Lauro teve de explicar a Juarez o que se passava com o alvará do supermercado.

– Oi, é Juarez?

– É.

– É Lauro! (em off: ah tava?)

– Oi! Ô Lauro, fala querido!

– Posso falar rapidinho?

– Pode!

– Olhei aquele negócio do Supermercado, tá? [...] O parecer do IPUF foi porque ele deu uma orientação pra não ter o ático e o pilotis, e na lei veio o ático e o pilotis!

– Mas aí, porra! Mas aí, porra, matou, né ô... Lauro? Heim?

Alô! Não tem como corrigir isso não, Lauro?

– Não dá do cara... ahm... Dá! Dá de corrigir, não tem como o cara...

– Não, não tem não!

– Ele precisa do ático e do piloti?

– Precisa, precisa! Precisa, vamos ver isso aí! Aonde é que tu vai estar duas horas?

– Eu tô no escritório, tô indo pro IPUF!

– Então tá! Pega o negócio do meu sobrinho, aí nós vamos no IPUF e eu já falo contigo lá! Tá?

– Então tá bom! Tá?

– Tá bom? Tá! Falou, fechou, tchau!

Juarez temia que o arquiteto Amilton Vergara, também servidor do IPUF e contra a construção do ático e piloti, indicasse para o prefeito vetar a lei. Foi atrás de Ildo Rosa e o convenceu a conversar com Dário. Juarez se preocupava com a aprovação da lei, que dependia apenas da assinatura do prefeito. Dário deu sua sanção no dia 18 e a lei foi publicada no Diário Oficial Eletrônico em 25. Dois dias depois, Renato despachou o processo para IPUF, direcionando-o para Lírio. O procedimento foi incomum, pois o encaminhamento deveria ser feito à presidência ou setor específico.

A aprovação do projeto e alvará de construção do Bistek a ser feita por Lírio ainda estava emperrada no IPUF quase um mês depois, 22 de novembro, quando Lírio acertou os detalhes com Renato.

– Fala, Lírio!

– Renato, pode falar um minutinho?

– Falo, claro, querido!

– Eu tô com aquele, aquele processo do... do Bistek aqui comigo...

– É, é. Manda pra mim, porra!

– Eu vou mandar pra lá ele, porque... eu vou fazer um

termo aditi... um, como é que é? Um, um... Um termo de compromisso pra eles fazerem o sistema viário, só que ele não tem o projeto final de engenharia. O projeto eles fazem depois, não é isso?

– Pronto, pode ser!

– Faça isso e... Eles vão começar a fazer a obra e no período eles já entregam o projeto baseado nesse conceito, né?

– Isso, nesse termo de compromisso. Não é isso?

– Então vou fazer isso aqui. Vou fazer isso que eu já tô...

– Manda, manda que o Jairo já esteve aqui enchendo o saco aqui.

– Isso, eles tiveram ali, tiveram aqui e eu... eu já tô..., como é que diz: Já estou com vergonha deles! Hahahaha!

– Manda pra cá, então! Tá querido?

– Tá bom! Tá bom, Renato! Tá legal!

– Tá, tchau!

Primeiro dia de dezembro, Mário assinou o termo de compromisso referente à implantação do sistema viário, na SUSP, acompanhado de Juarez. A expedição do alvará, realizada uma semana depois, dependia desse documento, que deveria ser assinado também Ildo, Renato, João Ghislandi e Dário. No entanto, deixaram suas rubricas apenas em 27 de dezembro.

CAPÍTULO 8 CENTRO DA CAPITAL

Há mais de trinta anos, Juarez conhece o proprietário da Magno Martins, Aurélio Paladini Filho. No dia 15 de setembro de 2006, o vereador recorreu a seu amigo de infância, pois precisava de ajuda em uma reforma.

– E outra coisa: vou te ajudar com cincão lá na Prefeitura, tá? – Aurélio avisa Juarez.

– Hein?

– Vou te ajudar com cinco lá na reforminha lá da Prefeitura, tá? Segunda-feira manda buscar com o Djalma aqui!

– Falou, fechou! Falou, tá, tchau!

Mas Juarez planejou outro destino para o dinheiro.

– Deu certo? – Juarez indaga seu assessor, Itanoir da Rosa.

– Deu, tranqüilo! Faço as minhas outras voltas e retorno ou...?

– Não, não. Paga ali o meu cartão, setecentos reais ali do cartão, tá embaixo do telefone. Ali na minha gavetinha tem o Uni... tem o Unibanco aí!

– Já vou ver aqui. Já tô aqui do lado!

– Tem do Unibanco aí pra pagar! E paga já o cartão, paga já o cartão básico aí setecentos reais, aí paga o telefone vinte e oito reais também manda pagar!

– É o cartão e o telefone? Xá comigo! Aí eu tô indo lá fazer outra volta, depois a gente se fala!

Inaugurado no fim de 2006, o hotel Sofitel, construído pela Magno Martins, contou com intervenção de Juarez Silveira na secretaria de finanças de Carlos de Rolt para obter certidão negativa de débitos com a prefeitura. De Rolt garantiu o documento, mesmo que tivesse de ir contra o prefeito.

A amizade entre Juarez e Aurélio ia além de reformas. A sociedade da Construtora Meridiana, responsável pela obra do hotel Sofitel, era formada pela Magno Martins e Carlos Hoepcke Administração, Participação e Empreendimentos. No entanto, a instrução para o Habite-se, deferido por Renato de Sousa na SUSP em 13 de junho de 2006, foi feita com documentos relativos ao edifício residencial Costa Marina, onde Juarez residia.

Aurélio também possuía outro amigo de infância Rubens Bazzo. O engenheiro da SUSP aproveitou relação e negociou um prêmio para o 2º MotoBode, do qual era um dos organizadores.

– Ah... vou te pedir um brinde! O ... o ... Nós, nós vamos ter o nosso 2º MotoBode sábado lá no Condomínio. Se tu quiser participar... é uma boa! Mas o ... vem gente de, de, de... Itajaí, né? Vem moto, né? de Itajaí, vem de Blumenau e vamos sair ali do trapiche... [...] eu estava pensando numa diária do Blue Tree. O que tu acha? – Perguntou Bazzo, já que o hotel Blue Tree Towers, ao lado do shopping Beiramar no centro de Florianópolis, também pertencia a Magno Martins.

– Pode ser!

– Ou melhor, um finalzinho de semana lá no Marathon talvez fosse melhor ainda. Ser... um brinde mais simpático ain-

da, né! Pra casal! Será que não? É mais difícil pra você?

– Não, tu é que sabe! Pode escolher um dos dois!

– Tá, então, eu acho que um final de semana no Marathon é mais legal, né? [...]

– Mas lá é apartamento normal que a gente aluga.

– Ah, então, não adianta! Então, tem que ser uma noite no Blue Tree, né? Então, tá! Já posso sortear?

– Pode, pode sortear!

Dois meses antes, Bazzo ajudara o amigo de infância com relação ao embargo da obra do Condomínio Paris Dakar, no bairro Itacorubi, em 6 de julho, a pedido do Sindicato da Construção Civil. O fiscal de obras da prefeitura Neurolde Martins justificou a interrupção dizendo, em sua manifestação, que “a Rua José Manoel Nunes, o traçado diferente do que consta do projeto aprovado. O trecho diferenciado é constituído de chão batido sem alinhamento definido, e a rua teve sua oficialização posterior à aprovação do projeto da obra, bem como à expedição do alvará. Para definir o impasse, sugiro pela reunião juntamente com a chefia desta fiscalização, e o analista, Rubens Bazzo”. Com despacho realizado no dia 20 por Sebastião Machado, Rubens Bazzo deu seu parecer, favorável à empresa, em 3 de agosto.

No dia seguinte à manifestação de Bazzo, Sebastião despachou para Renato, apesar de, no processo, este documento vir antes do parecer do engenheiro. Sebastião escreveu: “Ao Gab. Do Secretário. Recomendo o cancelamento da comunicação de embargo n.º26830, com base nas afirmações do fiscal Neurolde e do Engenheiro Bazzo”. Em 7 de agosto, Renato cancela a comunicação do embargo e a multa sofrida pela Magno Martins, mesmo que as afirmações de Neurolde e Bazzo fossem contrárias.

Além de Aurélio, Renato também auxiliou Mauri José da Luz, proprietário da Pizzaria San Francesco, no centro de Florianópolis, a pedido do secretário de obras Aurélio Remor.

O trâmite do processo para a construção do restaurante foi regular, mas, por não possuir alvará de funcionamento e ultrapassar os limites da calçada denifidos por lei municipal, o restaurante de Mauri recebeu ordem de demolição da SUSP.

– Naturalmente, ele tá montando daquele jeito. Aí o fiscal hoje chegou lá e deu uma autuada. – relata Aurélio Remor a Renato a situação da pizzaria no dia 16 de outubro.

– Cara, eu tô mandando derrubar isso aí amanhã, cara. Assinei, assinei a demolição hoje a tarde [...] Pois é então, pois é. Eu assinei. Não é uma constru...,que eu só vi uma fotografia, que ele tá bem rente assim ao meio-fio ali. Bem rente ali, não é? É, pois é. Só pode ser essa. Puta, quem é o cara? O cara é teu amigo, é?

– Porra é, não. Não é nosso amigo, é, é irmão até [...]

– Ai cara. Puta que pariu! Amanhã tem que tirar essa porra aí. Caralho! Por que que tu não me ligasse mais cedo?. [...] Caralho! Eu vou ver se consigo abortar esse processo, agora, ainda. Não sei se dá! Eu vou ligar para o meu chefe de departamento, que eu, vê se, pra amanhã nós voltar a conversar. [...] Eu vou deixar assim em stand by pra gente voltar a conversar melhor sobre isso.

No dia seguinte, Luiz Carlos Pereira, funcionário da SUSP encarregado pela demolição da pizzaria, recebeu uma ligação de Renato pedindo para embargar a obra, não demoli-la quando o servidor já se encontrava no local. Renato prometera vistas grossas a Aurélio, mas precisaria da ajuda do secretário para contornar a situação. O que Renato não esperava era receber um ofício do Ministério Público de Santa Catarina três dias depois de segurar a demolição.

– Isso é muito importante. Escuta, haaa...Olha aqui: acabei de receber nesse segundinho aqui um ofício do senhor promotor Alexandre Herculano de Abreu, certo? Olha aqui

ó: Chegou...sr. Secretário, chegou a essa Promotoria Justiça denúncia de obra irregular localizada na Avenida Hercílio Luz nº. 11131, ao lado da Casa Requite. Trata-se de um aumento, em ritmo acelerado, na edificação já existente no local em total arrepio às normas urbanísticas. Assim, com base na lei nº. tal....pereré...pereré....pereré, solicito, requisito cópia das informações a respeito da regularidade da dita obra, juntamente com as providências que foram, estão ou estarão sendo tomadas no caso concreto. Fudeu! [...] Pede pra ele me procurar, por favor - Renato referia-se a Mauri, dono do restaurante.

– Então, tem demolir aquela porra ali, entendeu? Demolir e tá acabado. Ele vai acabar se incomodando mais ainda, mas agora, é alguém que, que viu que nós tava... [...] Não, não ô... mas a denúncia do vizinho é pra ti pô, não é pro Ministério Público, tá. Denúncia, denúncia para o Ministério Público é um cara profissional, tá. É um cara profissional tá. Não é, não é eu que não tô gostando, que não gosto de ti, do teu vizinho. O Ministério Público é um cara profissional, um cara daí, tá, daí da tua Secretaria ou que... – acusou Aurélio.

– Não, não, daqui não é. Pode tirar isso da cabeça

– Ou dali, do próprio restaurante dele ali, que ele disse: não eu tô acertando com o Aurélio lá. Aí o cara, tá tomando um ferro lá, e diz: ah, é? É?... Então tá bom, dr.

Afinal, Mauri decidiu por paralisar as obras, e a pizzaria continua no mesmo endereço até hoje.

Um tempo passou com Renato tratando dos assuntos relativos ao shopping Iguatemi, mas no início de novembro, mais uma vez, ajudou seu cunhado a solucionar um problema do amigo Amilcar da Silviera, engenheiro da Koerich Construção e Participações, que participava de um projeto para reformar uma casa na rua Alves de Brito, endereço nobre no centro da Capital. Ali, se instalaria um restaurante, o Pegorini Restaurante Café.

Como procedimento padrão, o fiscal da SUSP Ilson Fri-

go realizou a análise da obra, constatando 19 irregularidades. Preocupado com o andamento, Amilcar ligou para Juarez no dia 6 de novembro. O vereador, ato contínuo, falou com seu cunhado.

– Bota ele na linha que eu quero puxar, puxar a orelha dele – Juarez disse para Renato colocar Frigo na linha e mandou – Pega tu e dá ao Sebastião e manda o Sebastião resolver isso aí. – Frigo atendeu o vereador, que seguiu – Aquele restaurante ali no, em frente o, na Alves de Brito. Orra! Tu criaste tanto mandamento [as 19 irregularidades] que foi no céu e voltou e vai no inferno. [...] Aquilo é, aquilo é coisa boa, rapaz. Tem estacionamento, tem tudo, próprio. Fala com o Renato. Se tu tiveres dificuldade, dá pro Renato. O Renato...

– É muito complicado aprovar daquela forma ali.

– Então, fala com o Renato aí. Dá pra outra pessoa [...] Não, por telefone eu não quero falar. Vê o que que tu podes fazer porque é pro Amilcar. O Amilcar é meu irmãozinho, pô.

– Tá bom, então.

Amilcar seguia insistindo no projeto. Foi atrás de Renato dizendo que não dava para seguir lei, se não, nada seria construído. O secretário, então, se colocou a disposição para receber as arquitetas na SUSP e sugerir algumas alterações no projeto. No dia 12 de dezembro, Juarez, que começava a se preocupar em falar certos assuntos por telefone, vai à SUSP junto de Rodolfo Matte Filho. As arquitetas do projeto Tatiana Vaz, contratada junto de Andréa Hermes pela administradora do restaurante Mozara Lenzi, também participaram da reunião.

Dois dias depois, em 14 de dezembro, se dá o encerramento do caso Pegorini. Nesse dia, Rodolfo assinou planilha de deferimento para licenciamento, na qual não constava qualquer informação sobre adequação do projeto em relação às irregularidades apontadas por Ilso Frigo. O documento também confrontou a análise do fiscal sobre não poder haver

uso comercial no segundo pavimento, pois a própria planilha apontava que haveria uso desse tipo no local.

CAPÍTULO 9 NA CÂMARA DE VEREADORES

— **E**u preciso falar contigo pra... pra despistar. [...] Aonde é que tu estás? - pergunta Fernando Marcondes de Mattos, dono do Costão do Santinho Resort, a Juarez Silveira.

— Eu tô com o prefeito e o Marcílio, vindo da Lagoa. Tamo aqui na Beira-mar [Norte, uma das principais vias de Florianópolis]. [...]

— Ah, eu tô aqui no meu apartamento. Na cidade. [...] Passa aqui, aí fica perfeito. — Tá bom. Tamo indo aí falar contigo.

Era 19 de setembro de 2006 quando, ao voltar da Lagoa da Conceição, Juarez fez uma mudança de trajeto para ir à casa de Fernando acompanhado de Dário. Nessa reunião, Fernando pediu uma solução para suas dívidas com o município. Seu pedido não sairia de graça. Mas os R\$ 500 mil acertados estavam condicionados à saída prometida pelo prefeito, que deveria ser encontrada por Juarez e o secretário da Receita de Florianópolis Carlos de Rolt.

Porém, foi só em 27 de setembro que Carlos começou a

elaborar um projeto de lei que resolveria o problema das dívidas de Fernando. Assim começavam os trabalhos do Projeto de Lei Complementar 828/2006 que seria apresentado à Câmara pelo prefeito dois meses depois. Carlos intitulava o texto do projeto como de incentivo ao turismo.

Nessa mesma época, Dário tratava com Fernando uma troca de terrenos. O prefeito desejava construir uma policlínica na Lagoa da Conceição e Fernando, uma marina. Juarez e o secretário de Turismo Mário Cavalazzi estavam inteirados do assunto.

– Cavallazzi?

– Fala, amigo! - o secretário responde à Juarez.

– Tu fala com o Fernando aí pra ele falar com o seu Arlindo sobre o terreno lá da lagoa do lado do posto de gasolina pro Dário fazer a policlínica.

– Tá!

– E o Dário compensa ele de outra forma, entendesse?

– Falo! Pode deixar.

– Dá em índice, dá em tudo. Outra coisa: desses, dessas marinas aí tem que fazer os planos diretores, tá? [...]

– Claro! Um plano de, de... [...] Diretor de marinas! Exatamente! [...]

– Aí tens que falar com o Ildo. O Ildo, a Janine e o Doutor Jaime, tá!?

– Isso mesmo, é isso que eu vou propor.

– Tá bom? E outra coisa: ele vai nos ajudar, o Marcondes, tá? [...] Tá fechadinho já! Tá?

– Coisa boa! Ótimo, ótimo!

– Falei com ele. Há meia-hora atrás eu liguei pra ele. [...] Ele só tá esperando uma ligação, aí vai se encontrar conosco, tá?

– Ótimo, ótimo, ótimo!

– Aí tu já faz de conta que tu sabes, tá?

– Tá.

– Ó, aquela ajuda que tu vais dar é muito boa!

– Ótimo, ótimo, ótimo! [...] E o Dário, ficou satisfeito? E o Dário ficou satisfeito?

– Ótimo, só tá esperando ele repassar, tá bom?

– Então tá! Um abraço, querido!

Ainda na noite de 27 de setembro, o prefeito e seu secretário de Turismo encontraram Fernando em evento da ONG Floripa Amanhã. Na manhã seguinte, Juarez manteve contato com o empresário para tratar dos acordos.

– Juarez? – perguntou Fernando.

– Oi?

– O... Já montei todo o esquema e espero que seja disponibilizado hoje, tá? [...] E eu vou te manter informado!

– Aí tu me fala, porque aí eu quero pegar a nossa excelência pra a gente combinar aqui no centro! – a nossa excelência era o prefeito.

– Isso tudo eu também vou ver como é que... eu te mantenho informado!

– Eu, você e ele, tá? tá bom?

– Tá!

Uma reunião ficou marcada para a manhã do dia 29, em que Fernando, segundo conclusão da Polícia, realizou o acordo financeiro com Dário. Após o encontro, Juarez foi ao Costão do Santinho almoçar com Marcílio Ávila, onde se encontraram com Fernando no grill do resort. Quando saiu de lá, Juarez estava indignado. Dilmo Berger, irmão de Dário e do candidato a deputado federal, Djalma, naquele ano, e o assessor de campanha Adir Gentil passaram estiveram no resort naquela manhã. O vereador contou para José Alexandre que eles levaram saíram de lá com uma Ferrari e uma Mercedes completa. Mas além de indignado por terem agido por suas costas, ele estava preocupado se o prefeito sabia dessa visita.

Durante o mês de outubro, Juarez se encontrou em diversas oportunidades com Fernando. Foram almoços e cafés em que tratavam de variados assuntos, como a guerra que havia entre o empresário e a procuradora federal Analúcia Hartmann e a revisão do IPTU, marcada no fim do mês, para a área onde se encontra o terreno do Costão do Santinho. Fernando precisava agir.

– Amanhã, você não pode dar uma passada lá na... na Inplac? [...] Eu tenho uma, uma... algumas coisas, mas uma seria pra hoje, o... Tem um fiscal do IPTU Roberto Ribeiro. – falou Fernando ao telefone com Juarez.

– Fiscal de quê?

– Da prefeitura, que vai, que vai lá no Costão fazer uma... um levantamento do IPTU! Tu não podes ligar pro René, o meu diretor financeiro?

– Tá, eu ligo!

– Aí ele te informa direitinho. [...] E amanhã, amanhã me procura na Inplac!

De fato, Juarez ligou para o diretor financeiro de Fernando, que amenizou a situação do IPTU. Juarez também resolveu o problema dos postes de luz no Costão, aproveitando o ensejo para pedir a instalação de outros na Praia Brava e Jurerê, já que fora designado pelo prefeito para resolver a iluminação dessas três regiões. Através de Juarez, Dário também acompanhava a situação da revisão do IPTU do resort, enquanto o vereador atendia aos pedidos de Fernando.

– Tem dois funcionários teus que estão fazendo um estudo, e tão fazendo uma avaliação do IPTU do Costão do Santinho. Eles tiveram anteontem lá, tá? Aí tu dá uma olhada, porque daqui a pouco os caras botam a tabela lá nas casa do caralho. – Pediu, carinhosamente, Juarez ao secretário de Finanças, Augusto Hinckel.

– Ah, é. Se deixar solto, eles atocham! [...]

– Dá uma olhadinha nisso aí com carinho, puxa isso aí pra ti e dá uma olhada, e depois nós vamos fazer uma avaliação, vamos nós dois almoçar lá no Costão, e vamos ver se isso aí tá certo. Antes que aquela menina, como é? Aquela, como é o nome dela? A chefe aí. Como é? A...

– Irene.

– A Irene lance essa porra. [...] Se tu quiser ir quinta-feira lá no Costão, a gente vai junto.

Em 25 de outubro de 2006, enquanto o governador Luiz Henrique descansava para o debate com Esperidião Amim para o cargo de governador junto de Fernando, o empresário recebia um relatório de Juarez sobre o andamento da criação do projeto de lei. No dia anterior, Juarez se reunira com o prefeito e Michel Curi, procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A exposição de motivos do responsável pelo trade hoteleiro da Capital, João Moura, levada por Michel ao encontro, fora encaminhada ao procurador do município Jaime de Souza pelo prefeito.

O segundo turno das eleições passou, com vitória para Luiz Henrique, e Juarez estava chateado com Dário. Ajudou seu irmão a montar comitê, deu um Ômega para fazer a campanha e ainda arrumou meio milhão de reais com Fernando, doação não declarada ao TRE. Fernando também irritara-se com a situação de Djalma Berger. E o prefeito, por outro lado, guardava mágoa do empresário. Em uma festa, Fernando, após algumas taças de vinho, disse que Dário o estava “sacaneando”. A mágoa do chefe do município fora tão grande que enviou o fiscal para rever o IPTU do Costão do Santinho.

Juarez também contava com Marcílio para ajudar Fernando. No entanto, o suporte do presidente da Câmara não era à toa. Segundo Juarez, quem gestionava junto ao governador Luiz Henrique para que Marcílio assumisse a SANTUR era o empresário. E Juarez dizia que o Fernando não gostava de

deputado estadual ou federal. Ele precisava era de “vereador dinâmico e honesto com ele”.

Mágoas passadas, Dário encaminha o PLC à Câmara no dia 28 de novembro de 2006. Quando soube disso, Juarez cobrou agilidade do procurador do município Jaime de Souza. Dois dias depois, o texto estava com o secretário da Receita Carlos de Rolt. No primeiro dia de dezembro, Marcílio levou o projeto em mãos para a Câmara, mas o segurou em seu gabinete. No dia seguinte, ao falar com Juarez, Marcílio disse que o projeto só sairia no ano que vem.

No entanto, em 5 de dezembro, algo mudou. Marcílio prometeu que deixaria o projeto pronto naquele mesmo dia. Sabendo disso, Juarez ligou para Michel, pois precisava falar com ele por conta das emendas no texto.

– Chechel! Tudo bem? - saudou Juarez.

– Tá!

– Te mandei o projeto aí...

– Eu já tinha o projeto!

– Já tinhas? Eu não sabia!

– O projeto é muito complicado!

– É, vai ter que analisar! Dá uma ligada pro Fernando...

Dá uma ligadinha pro Fernando.

– Eu tô exatamente lendo esse projeto. Ele só beneficia grandes empresas e empresas...

– Chama, liga pro Marcondes...

– Ahm?

A ligação caiu, mas Juarez não desistiu.

– Seguinte, o Marcondes de Mattos, se puderes ligar pra ele, porque esse projeto foi feito de parceria de, de... um grupo que ele participou. – disse, novamente, Juarez.

– Esse projeto beneficia Blue Tree, beneficia muito o Guilherme Grillo, beneficia esse pessoal que, que... que locou o

estabelecimento. Então num... mas... Eu tô indo agora bater um papo com as pessoas pra, pra, pra fazer algumas emendas ainda. Agora, o projeto é muito complicado. Muito complicado!

– Por que que é complicado, Michel?

– Porra, tu lesse o projeto?

– Não, não li.

– Então, leia!

– Te confesso que não li e nem peguei!

– Então, lê o projeto pra tu ver como ele é complicado!

– Porque... o negócio é o seguinte: esse projeto quem fez foi o Marcondes é... alguém ligado ao... é, ligado ao... à Secretaria de Arrecadação, que fizeram junto com o Fernando Marcondes, e alguém! Eu quero ajudar o assunto de hotéis de praia, que eu não acho justo o IPTU do hotel de praia! Apesar, que os turquinhos lá são danados comigo, mas eu não posso ser injusto com eles!

– Lógico.

– Então, eu quero te deixar muito claro, eu... eu, mas eu preciso atender o Marcondes, tá? E nós vamos ter que votar isso.

– Não, não, nós não podemos mexer no Marcondes e podemos ajudar os outros, não tem a menor dificuldade!

– Sim, mas eu quero dizer o seguinte, pra mim botar esse projeto esse ano, eu tenho que botar isso meio rápido, porque, se tiver muita emenda, eu não consigo aprovar! Aí eu não consigo votar, porque nós temos só oito sessões.

– Não, deixa que eu, até, até... segunda-feira eu te boto ele enxuto!

– É?

– Fica tranquilo!

– Então, tá!

Juarez prometera a Fernando encaminhar o projeto para a Comissão de Constituição e Justiça na segunda-feira, 11 de

dezembro. Para garantir rapidez, o vereador falou com Ptolomeu Bittencourt para puxar o processo para a CCJ dar parecer no mesmo dia e encaminhar para a Comissão de Orçamento. No entanto, era preciso que as emendas de Michel ficassem prontas. Foi por isso que, no domingo, véspera da data prometida, Juarez ligou para Michel.

– Fala, Máicol!

– Juju!

– Eu tô aqui meio doente, mas trabalhando! Tô com o João Mor aqui. Essa lei é impossível de ser... de beneficiar o... a hotelaria de praia. Essa lei só vai beneficiar os... os arrendatários e outros. Nós temos que voltar e... O Dário nos enganou, porque o Dário disse que dava a lei pra mim examinar e não deu. Agora ele impõe essa, essa, essa lei complicada. Tu fala com quem tu quiser, é a lei mais complicada que eu vi hoje sobre hotelaria, pô!

– Essa lei é pra atender ao Fernando Marcondes de Mattos!

– Pois é! E aí, e aí mata todo mundo! [...] Qual é a solução que nós temos aí?

– Ô Michel!? Fazer emenda!

– Mas se fizer emenda, desfigura toda a lei e ele não vai aceitar! Ou ele... Aí é muito fácil... É fazer um substitutivo diferente de tudo isso aí. Beneficia todo mundo, inclusive Fernando Marcondes de Mattos, mas não, não, não nessa redação!

– A gente pode tentar mudar, entendeu? Tem que ver, se não, não consigo votar esse ano! [...] Eu tô tendo saco até 31 de dezembro, entendesse? Depois eu vou ver o que eu vou fazer da minha vida...

– Então vamos fazer o seguinte: vamos tentar fazer um substitutivo no chute em cima disso aí.

– Tá, o Marcondes queria conversar contigo. Tá? Sobre isso aí. Dá, dá uma ligada pra ele. [...]

– Eu vou ligar pro Marcondes, depois eu te ligo.

– Então tá! Tu me liga porque eu tenho que resolver isso aí até terça-feira, tá? [...] Amanhã, aqui, ó. O Ptolomeu, ele pode avocar ou dar pra mim o projeto. [...] Aí tens que combinar com ele já! [...] Porque amanhã ele vai designar um relator!

– É melhor que ele designa você, né?

– É. Eu acho melhor. Tá?

– Tá bom, então!

– Aí tu já fala com ele. Porque certas coisas ele não gosta de fazer! Tá?

– Um abraço!

– Tá, falou ,tchau!

Juarez insistiu com Michel para ligar para Fernando e cobrou o procurador da Assembleia Legislativa 32 minutos depois. Dizia que Dário e Luiz Henrique tinham o compromisso com o empresário de aprovar a lei.

Na segunda-feira, 11 de dezembro, Juarez foi nomeado relator do projeto. No dia seguinte, em almoço no Costão do Santinho com Juarez, Michel passou seu relatório ao prefeito.

– Eu tô aqui com o doutor Marcondes e o Juarez aqui na, na, nessa bela estrutura, discutindo essa lei. [...] Na minha visão essa lei não ajuda a hotelaria de praia. [...] Em nada!

– Então... então faz a alteração que tem que fazer! – mandou Dário.

– Eu vou tent... Nós tamos tentando chegar num denominador comum porque nós também tamo apurado pelo prazo, né? [...] Então, nós temos que ver! Você concordando já é uma grande coisa, né?

– Não, é... Olha, o que vocês fizerem aí... Inclusive eu disse pro Juarez: eu mandei isso assim no afogadilho, porque não foi fácil, Michel, chegar nesse ponto aí também. Tás entendendo?

– Eu imagino, eu imagino, eu imagino! Eu imagino, porque é uma lei muito tumultuada!

– É, é. E aí eu pressionei muito pra eles fazerem rapidamente pra cumprir, pra cumprir... esse compromisso que eu tenho com a hotelaria.

– E o exercício fiscal, né?!

– É. Agora é o seguinte: ele tá aberto, inclusive, disse pro Juarez, é... pra gente fazer alteração que seja necessário pra atender, dentro de um certo equilíbrio, né?

– Cla... Lò, ló, lógico! Da minha parte tu não vais receber nada que não possa ser defensável, né?! [...] Eu também tenho que olhar as duas partes! [...] Agora, o que acontece é que os caras... os caras já não tão mais com a água no pescoço. Já tá, a água nos óios. - MICHEL CURI está se referindo aos pequenos e médios hotéis de praia - [...] Daí é... daí é complicado!

– Te entendi!

– Mas nós vamos...

– Mas eu tenho muita vontade aí... de... atender o Doutor Marcondes!

– Então, tá ótimo! [...] Vamos tentar achar um denominador comum!

– Esse é o melhor Resort de praia do Brasil, pô!

– Esse... não tenha dúvida! Esse, eu vi você... Hahahaha!

– Hahahaha!

– Mas aí, eu só chego aqui quando o Juarez me traz!

– Hahahaha! Pois é, pois é, pois é!

– Agora o que você não sabe é que o melhor Resort de praia do Brasil só está funcionando por uma lei do Michel Curi. Eu levei dois anos pra aprovar essa lei porque o teu amigo Edson Andrino não queria.

– Porra, parabéns! Ô Michel, gosto muito de ti, Michel!

– Eu sei disso! A recíproca é verdadeira!

– Apesar de não te ajudar em nada!

– Não, não, não, você me ajuda! Você me ajuda! Então tá bom!

– O que vocês fizerem aí tá bom pra mim, tá?

– Tá, tá. Um grande abraço, heim?

Em seguida, Juarez ligou para Marcílio, pois era necessário entrar com pedido de urgência. O requerimento de trâmite de urgência foi assinado pelo presidente da Câmara naquele mesmo dia, 12 de dezembro. A lei voltou às mãos de Juarez no dia 13. O vereador iria submeter ao plenário, na segunda-feira, 18, para dar tempo de passar ainda no ano de 2006. Juarez tinha de tomar cuidado com a lei, pois não queria atender os Daux, por uma rixa. Para garantir que o texto estaria de acordo com seu maior interessado, na sexta-feira, 15, ele o encaminhou a Fernando, para que o empresário desse uma olhada. A resposta veio naquela noite.

– Alô!

– Doutor Marcondes! Me ligasse? Juarez. Eu tava sem bateria no outro telefone!

– É, ô Juarez, tem umas modificaçõezinhas ali que eu precisava falar com... mostrar pra ti!

– Não, então manda o teu contador mudar e...

– Ele pode te procurar segunda-feira?

– Segunda-feira à tarde tu me liga?

– Aonde? Aonde que ele te procura?

– Lá no gabinete, pra gente já fazer as modificações!

– A que horas?

– Ah, a partir das duas horas? Se vocês quiserem de manhã eu já combino. Porque ...

– É só tu marcar a hora, não tem...

– Não, vê o melhor horário pra ele, se é depois...

– Qualquer horário! Qualquer horário!

– Então ele almoça... Tá, eu ligo segunda de manhã cedo pra combinar. Amanhã eu te ligo...[...] Porque eu vou precisar do meu secretário que faça o texto, entendeu? O Doutor Hélio Lang. E aí, e aí precisava fazer as modificações e já tá no disquete, pra ele fazer as modificações. Entendes?

– Tu ligas pra mim, então?

– Aí eu ligo segunda. Muita coisa eles mudaram, é? Por-

que o Michel...

– Não, não, não. É muito pouquinho, mas... [...] É... a mudança...tem uma certa relevância, mas é muito pouquinho.

– Então tá! Não, é que o Michel e o.. aquele Daux junto: o Miguel Daux e o... e o... Mourinha, tadinho. Coitado do Moura, tá quebradinho. Então eles... tu sabe como é que é! Eu quero ajudar eles um pouquinho porque é a forma de passar, se não fica muito assim... Só... pra não ficar na cara o teu assunto, entendesse?

– Tá bom, aí. Daí tu decides. Eu só quero...

– Se não, daqui a pouco, tu tás recebendo um monte de visita aí! Hahaha!

– Então tá! Tu ligas pra mim, né?

– Ligo, ligo! Tá tudo bem contigo?

– Tudo, graças a Deus! Graças a Deus!

– Então tá jóia! Falou, Marcondes, um abraço, querido!

A sessão da CCJ de segunda-feira aprovou o parecer de Juarez, com data de 14 de dezembro, encaminhando, em seguida, o projeto para votação em plenário. No entanto, o vereador só terminou seu parecer naquela noite, após reunião com o contador de Fernando.

No primeiro minuto do dia 19, aprovou-se o projeto na primeira votação. A segunda, pouco mais de uma hora depois, manteve a decisão. O único presente do ramo hoteleiro era João Moura Neto. No entanto, a votação descumpriu o artigo 129 do regimento interno da Câmara que diz: “Todos os pareceres serão impressos em avulsos e entregues aos Vereadores até 24 horas antes do início da Sessão em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário, votado apenas no caso do §3º do art. 62 deste Regimento”.

Além do regimento interno, o parecer de Antônio Chraim e José Luiz Coelho, da PGM, também impedia a votação da matéria no dia 19, quando estava em pauta. Mas a deliberação fora adiantada. O impedimento justificava-se por ser maté-

ria codificada, havendo impedimento ao pedido de urgência. Também por se tratar de Renúncia Fiscal, haveria de se seguir o rito previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que previa, entre outras providências, um estudo do impacto no orçamento. Além disso, a iniciativa da lei, que consiste sobre matéria tributária, era de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo e não poderia possuir emendas por parte dos vereadores. Enfim, tanto o projeto apresentado pelo prefeito, como as emendas, feriam o princípio da igualdade tributária.

No entanto, a matéria já fora aprovada e Juarez, Fernando e Dário passaram o Natal e a virada do ano com tranquilidade. O que não durou muito tempo. 3 janeiro, terceiro dia útil do ano de 2007, Carlos de Rolt encaminhou ofício para Jaime de Souza, se manifestando pelo veto do PLC, pois concluiu “pela descaracterização do objetivo principal do projeto e pela insegurança jurídica que poderia trazer aos contribuintes vinculados a tão importante categoria econômica”. Cinco dias depois, surpreendentemente, Dário encaminha ofício para Ptolomeu Bittencourt, agora presidente da CMF, pedindo veto total do texto, usando o ofício de de Rolt como justificativa. Sua atitude, entretanto, não durou muito tempo, pois no dia 9 encaminhou novo ofício, desta vez com veto parcial.

Quase dois meses depois, o veto do prefeito viria a ser analisado pela Câmara. No dia 22 de fevereiro, a presidente em exercício Ângela Albino designou Juarez Silveira como relator do veto. Quatro dias depois, ele, Guilherme Grillo e Jaime Tonello manifestaram-se a favor do veto parcial. A deliberação do dia 5 de março manteve os vetos parciais, que, ainda assim, favoreciam Fernando, e a lei complementar 270 foi editada no dia 15, sendo publicada em 4 de abril de 2007 no Diário Oficial Eletrônico.

PARTE II
O TRÂMITE

CAPÍTULO 10 OS CRIMES

Um mês depois da publicação da Lei da Hotelaria, a Operação Moeda Verde foi deflagrada, em 3 de maio de 2007. Os mais de 30 mandados de prisão e busca e apreensão começaram a ser cumpridos na manhã daquela quinta-feira por um efetivo de 170 policiais federais. Dos 55 indiciados pela investigação, 22 tinham ordem de prisão determinadas pela delegada Julia Vergara, para colher depoimentos e evitar que provas fossem destruídas.

Amílcar Silveira, André Dadam, Aurélio Remor, Aurélio Paladini Filho, Fernando Marcondes de Mattos, Francisco Rzakti, Gilson Junckes, Hélio Chevarria, Itanoir da Rosa, Juarez Silveira, Marcelo Nascimento, Margarida de Quadros, Percy Haensch, Renato Sousa, Rodrigo Bazzo e Rubens Bazzo foram detidos em Florianópolis. Em Porto Alegre, estavam Fernando Habckost e Péricles Druck. Marcílio Ávila, Paulo Cezar Maciel e Sérgio de Almeida não foram localizados.

A investigação acabou descobrindo também a atuação da FATMA em favor da instalação de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), em Caçador, no Oeste de Santa Catarina, em

agosto de 2006. O ex-servidor do órgão Hudson da Silva e o terceirizado que trabalhava no protocolo, Clóvis Feller, foram indiciados por receber propina para acelerar o processo de licenciamento.

Além de ter participado dos casos do Il Campanário, boate KM-7, Shopping Iguatemi, construtora Magno Martins, instalação do stand da DVA e supermercado Bistek, Rubens Bazzo também atuou em favor dos interesses do escritório de arquitetura de Oracil Nascimento e da Reusing Engenharia. Também foram encontrados indícios de que seu filho, Rodrigo, sabia da prática de seu pai, resultado de perícia realizada no HD do computador de seu escritório.

As escutas telefônicas e a movimentação bancária da irmã de Juarez Silveira, Maria Elizabeth Silveira, constataram que tanto ela quanto seus dois filhos eram funcionários-fantasmas da Câmara. Ainda no dia da deflagração, Aurélio Remor tinha em sua posse um revólver calibre 38, apreendido pela Polícia. Na casa de André Dadam, foram encontrados processos originais da FATMA quando já se encontrava afastado do cargo de gerente de licenciamento.

A Operação Moeda Verde resultou em 33 crimes cometidos por 55 pessoas, alguns mais de uma vez. Um dos crimes, Associação Criminosa, teve sua redação, no Código Penal, modificada em 2013. No entanto, como foi cometido antes disso, a redação aplicada e aqui exposta é a anterior. Isso porque, quando entre o cometimento do crime e seu julgamento há uma alteração da lei, sua aplicação não pode prejudicar o acusado. Os crimes cometidos estão na tabela ao lado.

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 288 – Associação Criminosa Quando três ou mais pessoas se associam, em quadrilha ou bando, para cometer crimes	Prisão de um a três anos	Alexandre Lima André Dadam Carlos de Rolt Clóvis Feller Dário Berger Edelberth Adam Francisco Rzatki Ildo da Rosa Itanoir da Rosa Jaime de Souza Jânio Constante José Rocha Juarez Silveira Lírio Legnani Marcelo Nascimento Newton Pizzolatti Ronato de Sousa Rodolfo Matte Filho Rubens Bazzo Sebastião Machado

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	<p>Artigo 299 – Falsidade Ideológica Omitir, em documento público ou particular, declaração que deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diferente da que deveria ser escrita, para prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante</p> <p>Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte</p>	Prisão de um a cinco anos e multa, para documentos públicos, e de um a três anos e multa, se for particular	Juarez Silveira Rodolfo Matte Filho Sebastião Machado

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	<p>Artigo 299 combinado com artigo 29, sobre as regras comuns às penas privativas de liberdade Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.</p>	<p>A pena pode ser tanto diminuída quanto aumentada</p> <p>§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.</p> <p>§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.</p>	Amílcar da Silveira Andréa Silva Carlos Amastha Dário Berger Jaime de Souza Juarez Silveira Mar- cílio Ávila Mozara Lenzi Renato de Sousa Tatiana Vaz

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 317 – Corrupção Passiva Pedir, receber ou aceitar promessa de vantagem indevida, para si ou outra pessoa, direta ou indiretamente, por sua função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la	Prisão de dois a 12 anos e multa § 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional. § 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outro, a pena é de prisão de três meses a um ano ou multa	André Dadam Clóvis Feller Itanoir da Rosa José Rocha Juarez Silveira Lauro Fernandes Rubens Bazzo Renato de Sousa

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 317 combinado com artigo 71, sobre o crime continuado Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços	Aplicação da pena varia	Rubens Bazzo

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 317 combinado com artigo 29		Adir Gentil Carlos de Rolt Dilmo Berger Itanoir da Rosa Juarez Silveira Renato de Sousa Rodrigo Bazzo Rubens Bazzo Sebastião Machado
Código Penal	Artigo 332 – Tráfico de In- fluência Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função	Prisão dois a cinco anos e multa Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário	Juarez Silveira

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 319 – Prevaricação Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal	Prisão de três meses a um ano e multa	Edelberth Adam Francisco Rzatki Juarez Silveira Marcelo Nascimento Marcílio Ávila Renato de Sousa Rubens Bazzo
Código Penal	Artigo 321 – Advocacia Ad- ministrativa Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário	Prisão de um a três meses ou multa Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo, a pena é de prisão de três meses a um ano, além da multa	Aurélio Remor Carlos de Rolt Dário Berger Jaime de Souza José Alexandre Juarez Silveira Marcílio Ávila Renato de Sousa

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 321 combinado com artigo 29		Ildo da Rosa Jânio Constante Rodolfo Matte Filho
Código Penal	Artigo 333 – Corrupção Ativa Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício	Prisão de 2 a 12 anos e multa Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional	Aurélio Paladini Filho Fernando Marcondes de Mattos Gilson Junckes Hélio Chevarria João Ghislandi Paulo Cezar Maciel Paulo Toniolo Júnior Péricles Druck
Código Penal	Artigo 333 combinado com artigo 29		Leandro Schoeningner Margarida Quadros Odilon Furtado Filho

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 321 combinado com artigo 29		Ildo da Rosa Jânio Constante Rodolfo Matte Filho
Código Penal	Artigo 333 – Corrupção Ativa Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício	Prisão de 2 a 12 anos e multa Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional	Aurélio Paladini Filho Fernando Marcondes de Mattos Gilson Junckes Hélio Chevarria João Ghislandi Paulo Cezar Maciel Paulo Toniolo Júnior Péricles Druck
Código Penal	Artigo 333 combinado com artigo 29		Leandro Schoeningner Margarida Quadros Odilon Furtado Filho

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Código Penal	Artigo 333 combinado com artigo 71		Oracil Nascimento
Código Penal	Artigo 337 – Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público	Prisão de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave	André Dadam
Lei 9.605/98	Artigo 38 - Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção	Prisão de um a três anos ou ambas Parágrafo único - Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade	Sérgio de Almeida

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Lei 9.605/98	Artigo 29 – Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida Combinado com artigo 2º - Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la	Prisão de seis meses a um ano e multa § 1º Incorre nas mesmas penas: [...] II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural	André Dadam Fernando Habckost Hélio Chevarria Péricles Druck

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Lei 9.605/98	Artigo 38 combinado com artigo 2º		André Dadam Fernando Habckost Hélio Chevarria Juarez Silveira Marcelo Nascimento Péricles Druck Renato de Sousa
Lei 9.605/98	Artigo 40 - Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização Combinado com artigo 2º	Prisão de um a cinco anos	André Dadam Clóvis Feller Fernando Habckost Hélio Chevarria Percy Haensch Péricles Druck

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Lei 9.605/98	Artigo 48 - Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação	Prisão de seis meses a um ano e multa	Paulo Toniolo Júnior
Lei 9.605/98	Artigo 48 combinado com artigo 2º		André Dadam Fernando Habckost Hélio Chevarria Péricles Druck
Lei 9.605/98	Artigo 50 - Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação	Prisão de três meses a um ano e multa	Paulo Toniolo Júnior
Lei 9.605/98	Artigo 50 combinado com artigo 2º		Cassiano Monguil- hott Fernando Habckost Hélio Chevarria Percy Haensch Péricles Druck

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Lei 9.605/98	Artigo 64 - Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida	Prisão de seis meses a um ano e multa	Sérgio de Almeida
	Artigo 64 combinado com artigo 2º		Juarez Silveira Marcelo Nascimento Renato de Sousa
	Artigo 66 - Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental	Prisão de um a três anos e multa	Alexandre Lima Heriberto Hülse Neto Marcelo Nascimento Mário Alano Marli da Silveira Newton Pizzolatti Paulo Orofino

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Lei 9.605/98	Artigo 66 combinado com artigo 2º		Marcelo Nascimento
Lei 9.605/98	Artigo 67 - Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público	Prisão de um a três anos e multa Parágrafo único - Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano de detenção, sem multa	Alexandre Lima Edelberth Adam Marcelo Nascimento Renato de Sousa
Lei 9.605/98	Artigo 67 combinado com artigo 2º		Juarez Silveira Renato de Sousa
Lei 9.605/98	Artigo 68 - Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental	Prisão de um a três anos e multa Parágrafo único - Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem multa	Apoena Figueiroa Jaime de Souza Leandro Martins Renato de Sousa

Lei	Crime	Pena	Indiciados
Lei 9.605/98	Artigo 68 combinado com artigo 2º		Juarez Silveira
Lei 10.826/03	Artigo 12 - Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa	Prisão de um a três anos e multa	Aurélio Remor

Agora, com os 33 crimes expostos, o que os 55 indiciados têm a dizer? Será que, depois de sete anos, eles responderão pelas fraudes?

CAPÍTULO 11 O INQUÉRITO

O inquérito que resultou na Operação Moeda Verde começou em 25 de junho de 2006, quando o procurador da República Walmor Oliveira pediu a investigação do resort em Jurerê Il Campanário. A entrada na Justiça Federal se deu um pouco mais tarde, em 8 de agosto, e as escutas telefônicas se realizaram entre 25 de julho a 19 de dezembro de 2006. O juiz substituto da 6ª Vara Federal de Florianópolis à época, Zenildo Bodnar, ficou responsável pelo caso.

No dia 20 de abril 2007, a Polícia Federal, após analisar e cruzar informações, deu início ao relatório que seria entregue a Bodnar em 15 de outubro daquele ano, após complementar com os depoimentos colhidos. Nesse meio tempo, após a deflagração da Operação Moeda Verde, no dia 3 de maio, o Walmor Oliveira, responsável pelo inquérito no Ministério Público Federal, foi dado como suspeito de estar envolvido no caso do Floripa Shopping. Quem levantou a suspeita foi o dono do shopping inimigo, como parte da guerra entre os dois empreendimentos. Por conta disso, uma força-tarefa de seis procuradores foi montada em junho. Fizeram parte Carlos

Dutra, Celso Três, Davy Rocha, Marcelo da Motta, João Brandão Néto e o próprio Walmor Oliveira.

Um mês depois, em julho, os procuradores requereram a separação do caso para melhor administração, o que daria mais celeridade ao andamento do inquérito. No entanto, o pedido não foi aceito por Bodnar que, além de dissolver a força-tarefa, se deu por incompetente para encaminhar o processo e o remeteu para o TRF-4, em Porto Alegre, em 22 de outubro, por requerimento da Polícia Federal. Esse pedido, incomum, pois essa função cabe, normalmente, ao MPF, se baseava no indiciamento do prefeito Dário Berger, que possuía foro privilegiado.

Os desembargadores em Porto Alegre demoraram seis anos e um mês decidindo o andamento do inquérito. Discutiam se caberia à Justiça Estadual julgar, se todos os casos seriam encaminhados juntos, se desmembrariam apenas a parte de Dário. Assim, em janeiro de 2013, após as eleições municipais em outubro de 2012, quando Dário já não teria mais como ser prefeito, não havendo, logo, foro privilegiado, o MPF pediu a volta dos autos para Florianópolis. No entanto, Carlos Amastha, sócio do Floripa Shopping, se elegera prefeito de Palmas no Tocantins.

O inquérito, então, foi encaminhado para o TRF-1, em Brasília, onde permaneceu até dezembro de 2013. Lá, ficou decidido que caberia à Procuradoria Regional de Brasília analisar o caso de Amastha e o restante voltaria para Florianópolis. Sendo assim, o inquérito estava desmembrado.

Atualmente, o juiz titular da 6ª Vara Federal de Florianópolis é Marcelo Krás Borges. Assim que recebeu os autos, encaminhou-os diretamente para manifestação do MPF. O caso da suspeição de Walmor Oliveira ainda está aberto, mas, mesmo assim, o procurador continuou responsável. Melhor dizendo, seu gabinete, pois Oliveira encontra-se afastado e o caso ficou a cargo de seu substituto, Eduardo Barragan.

Como Brandão é o único procurador do MPF, atualmen-

te, que trabalhou na força-tarefa em 2007, Barragan solicitou a ajuda do colega. Brandão, então, digitalizou todos os 30 volumes de 200 páginas em média e os 101 apensos, que contêm e-mails, análise da vida financeira, processos de licenciamento, de restituição de dinheiro. Transferiu os arquivos para o tablet e passou a ler em toda oportunidade. Concluiu sua leitura em julho de 2014.

O inquérito do Moeda Verde já começou extenso e amontou cada vez mais informações com petições e documentos jurídicos ao longo do caminho. O relatório da Polícia possuía 743 páginas. O acúmulo de informações já aconteceu durante a investigação, com a quantidade de irregularidades descobertas a parti das escutas telefônicas.

A demora no andamento poderia ter sido evitada. A maioria dos casos, segundo o procurador Brandão, era da competência da Justiça Estadual. Ao decidir o não desmembramento, o processo ficou monstruoso – sem contar os apensos, são 28 quilos de folhas A4 – difícil de manusear e de ler.

– O grande problema foi muito caso num processo só. Como se a polícia fosse atender uma ocorrência e na volta foi enchendo o camburão de gente. – explicou Brandão, em entrevista em seu gabinete, no dia 3 de novembro de 2014, após já ter divulgado release sobre o andamento da denúncia, no fim de outubro.

No release, elaborado pelo próprio procurador, há uma tabela com o resumo dos encaminhamentos, na próxima página.

Data	Histórico	Tempo decorrido
25/6/2006	Instauração do Inquérito Policial	-
27/7/2006	Início do monitoramento telefônico	-
19/12/2006	Fim do monitoramento telefônico	Início tempo de prescrição dos crimes em que não foi possível precisar quando foram cometidos
20/4/2007	Após análise e cruzamento das informações contidas no material até então colhido, é efetuado um relatório pela Polícia	4 meses
03/5/2007	Realizadas as prisões e executadas as buscas	5 meses
15/10/2007	Apresentado o relatório policial	10 meses
22/10/2007	Magistrado se dá por absolutamente incompetente para processar o feito e o remete para o TRF4	10 meses
13/11/2007	Autos recebem o primeiro despacho no TRF4	11 meses
21/1/2013	MPF pede que os autos voltem para Florianópolis, já que Dário Berger não foi reeleito prefeito	6 anos e 1 mês

Data	Histórico	Tempo decorrido
23/1/2013	Ante a notícia de que Carlos Amastha foi eleito prefeito de Palmas/Tocantins, os autos são remetidos ao MPF	6 anos e 1 mês
29/1/2013	MPF diz que a competência passa para o TRF1 e tudo deve ser decidido lá; inclusive se o restante do processo será julgado por aquele tribunal ou pela primeira instância	6 anos e 1 mês
12/9/2013	Deferido o desmembramento do processo para que fique em Brasília somente o caso Amastha	6 anos e 9 meses
15/10/2013	TRF1 remete cópia dos autos para Florianópolis	6 anos e 10 meses
3/12/2013	Cópia dos autos chega em Florianópolis	6 anos e 11 meses
16/12/2013	Autos entregues ao MPF em Florianópolis	7 anos
27/10/2014	Entrega dos autos na JF, com requerimento de arquivamento de casos prescritos e de casos em que não se caracterizou crime	7 anos e 10 meses do início da prescrição dos crimes

Brandão tem a intenção de finalizar a análise do inquérito, com a possibilidade de realizar ou não a denúncia, até o fim de 2014, apesar de ser vago sobre o assunto. Com o desmembramento em Brasília, o procurador avalia caso a caso o que não configurou crime, o que já prescreveu e o que pode ser denunciado. Existem três possibilidades de andamento: ou o caso será arquivado, ou o crime prescreveu, ou será denunciado.

CAPÍTULO 12

A IMPUNIDADE

A pesar de Brandão ainda não ter concluído análise até a impressão deste livro, o procurador divulgou no release de fim de outubro um resumo da petição de 102 páginas sobre os casos prescritos. No entanto, o documento – em segredo de justiça como todo o processo – não trata apenas disso. Há, nele, pedido de outras investigações.

No texto, Brandão informou a inocência do ex-prefeito. Dário não será denunciado porque nunca houve prova suficiente nem para indiciá-lo.

– Ele não aparecia fazendo alguma coisa. A única prova que existe é que, em 2006, ele foi a Porto Alegre pedir para liberar obra do Iguatemi. Isso poderia configurar como advocacia administrativa. Ainda assim, esse crime prescreveu em 2008. – disse Brandão, na entrevista em seu gabinete, no dia 3 de novembro de 2014. (disse quando? Você precisa deixar claro para o leitor quando está usando falas que você colheu na forma de entrevistas e dar também a época em que isso se deu... com isso, mostra ao leitor que atualizou os dados do

processo, que foi atrás de outras fontes e que investigou... isto é: valorize seu trabalho)

A demora da análise do inquérito em 2014 não foi apenas pelo volume do próprio processo, mas também pela quantidade de trabalho. Apenas em seu gabinete, Brandão tem mais 200 inquéritos para fazer denúncia.

Ainda assim, é possível saber, de antemão, quais crimes já prescreveram, não havendo possibilidade de serem denunciados. Através do artigo 109 do Código Penal pode-se calcular a prescrição abstrata, aquela que utiliza o valor máximo da pena. Assim, é possível saber se há chances de o procurador denunciar. Não havendo prescrição, a única chance de não ocorrer a denúncia é o procurador entender que o crime não foi cometido, ou não há provas suficientes para prova-lo.

Para o cálculo, foi usada a data de 19 de dezembro, pois, como consta na tabela, a partir deste dia, iniciou-se o tempo de prescrição dos crimes em que não foi possível precisar quando foram cometidos.

O desmembramento do processo em Brasília desconfigurou o crime de Associação Criminosa. Haveria, ainda, chance de denúncia, pois a prescrição se daria em dezembro de 2014. No entanto, os indiciados por esse crime, todos de órgãos públicos municipais, estadual e federal, além do executivo e legislativo municipal não responderão na Justiça. Desta forma, a atuação Alexandre Lima, André Dadam, Carlos de Rolt, Clóvis Feller, Dário Berger, Edelberth Adam, Francisco Rztaki, Ildo da Rosa, Itanoir da Rosa, Jaime de Souza, Jânio Constante, José Rocha, Juarez Silveira, Lírio Legnani, Marcelo Nascimento, Newton Pizzolatti, Renato de Sousa, Rodolfo Matte Filho, Rubens Bazzo e Sebastião Machado não configurou como crime de quadrilha.

Dos três crimes que Dário Berger supostamente teria cometido, falsidade ideológica, corrupção passiva e advocacia administrativa, o ex-prefeito não poderia denunciado apenas por esse último. Já Juarez Silveira, dos onze crimes pelos quais

foi indiciado, apenas cinco não prescreveram. Seu cunhado, Renato de Sousa, pode ser denunciado por três crimes dos onze que cometeu. Juarez e Renato foram indiciados por alguns crimes mais de uma vez.

Com a análise da prescrição, dez indiciados não poderão ser denunciados com a prescrição do crime. Cassiano Monguilhott, Francisco Rztaki, Heriberto Hülse Neto, Ildo da Rosa, Jânio Constante, José Alexandre, Mário Alano, Marli da Silveira, Newton Pizzolatti e Paulo Orofino não responderão na Justiça pelos crimes possivelmente cometidos no caso Moeda Verde. Somam-se a esses Alexandre Lima, Apoena Figueiroa, Aurélio Remor, Edelberth Adam e Sérgio Lima que, dependendo da demora da denúncia por parte MPF, podem ter seus crimes prescritos.

Enquanto isso, na 6ª Vara da Justiça Federal, o juiz substituto, Diógenes Teixeira, pediu a digitalização do processo, dado o seu volume. O requerimento foi feito na sexta-feira, 31 de outubro, às 19 horas. Diógenes substitui Marcelo Krás Borges que, às vésperas de receber a denúncia do MPF, não ocupa sua cadeira por motivo desconhecido.

CAPÍTULO 13

A DEFESA

Alguns dos indiciados, quando presos temporariamente em 3 de maio de 2007, prestaram depoimento à Polícia Federal. Para melhor compreender como se davam as fraudes, os policiais também ouviram pessoas que, de alguma maneira, faziam parte das histórias.

*

As amizades de Juarez...

Juarez possuía muitas amizades. Seu amigo de infância era Aurélio Paladini Filho. Conhecia Hélio Chevarria, da Habitasul, há 20 anos. Era amigo de Gilson Junckes, do Hospital Vita, apesar de primeiramente afirmar que seu então colega de Câmara de Vereadores João Batista Nunes era quem possuía tal amizade. Também em sua lista de amigos estava Eduardo Gomes, dono de diversas empresas, entre elas a Arquipélago Turismo, responsável pelo loteamento Jardim Rio Vermelho – Juarez não se lembrava de mudança em Plano Diretor para

construção do condomínio. Outro em sua rede de relacionamentos pessoais era Amilcar da Silveira. Já Fernando Habckost, funcionário da Habitasul, ele só conhecia de jantares sociais. Mas sua relação com Carlos Amastha, dono do Floripa Shopping, essa era de amor e ódio. Esses relacionamentos de Juarez foram o cerne da maioria dos casos investigados, tanto que o ex-vereador foi o único indiciado por tráfico de influência.

Em seu depoimento, Juarez afirmou que Marcílio possuía relação de amizade com o procurador Walmor Oliveira, tendo o ex-presidente da Câmara falado isso para os empresários da Habitasul. Entretanto, Juarez também mantinha vínculos com a empresa e Fernando Habckost confirmou que Hélio Chevarria pediu ao vereador ajuda política para interceder nos órgãos competentes.

Sobre o Stand da DVA, Juarez disse que apenas entrou em contato com Marcelo Nascimento para saber se havia algum problema ambiental no terreno. Edelberth Adam explicou encaminhamento dos processos na FLORAM “no âmbito da diretoria operacional, o próprio declarante encaminha para à gerência competente de acordo com a matéria e nas gerências por sua vez, não há critério pré-estabelecido para distribuição dos processos” e não sabe como certos processos iam para Marcelo. Juarez não se lembrava, no entanto, de conseguir hospedagem no Hotel Laje de Pedra, da Habitasul, para o geógrafo da FLORAM. Quem também não se lembrava de ter dado autorizações de reserva em hotéis de sua empresa era Péricles Druck, que também disse conhecia Juarez.

Entretanto, Hélio, que ligava eventualmente para Marcelo para tratar de assuntos profissionais, sabia das hospedagens. Além dele, Renato de Sousa também usufruía de diárias no hotel em Gramado, sendo Hélio responsável pelo encaminhamento dos pedidos. Hélio também ajudou, politicamente, André Dadam, que conhecia desde 2002 por causa do licenciamento do Il Campanário – do qual Fernando, funcionário

da Habitasul, desconhecia estar em área de APP. O candidato a deputado federal esteve na Habitasul em 8 de setembro de 2006, mesmo dia em que foi interceptado pela Polícia Federal com R\$ 8 mil. Mas o dinheiro não era da empresa. O saque realizado no mesmo dia foi coincidência. André também negou que recebera dinheiro da Habitasul e lembrava de atuar no licenciamento do resort em Jurerê. Sobre os R\$ 8 mil, seu advogado orientou que não respondesse mais perguntas a respeito.

A ajuda que André recebeu, de fato, financeiramente, veio de Fernando Marcondes de Mattos, dono do Costão do Santinho. O empresário assumiu ter pedido ao ex-gerente de licenciamento da FATMA para fazer pressão junto ao órgão, com o objetivo para agilizar aprovação de seu empreendimento, Vilas do Santinho. Alexandre Lima, sucessor de André, confirmou ter participado de reunião com Fernando e o ex-gerente a pedido deste. No entanto, sua amizade com André era profissional.

Sobre seu empreendimento, Fernando Marcondes de Mattos também recebeu conselho de Jânio Constante, que o orientou agilizar, através de contatos políticos, a conclusão das alterações na regulamentação relativa ao meio ambiente em Santa Catarina. Fernando informou que houve parecer geral da Procuradoria sobre a desnecessidade da inclusão do EIA/RIMA no procedimento de licenciamento ambiental. No entanto, Jânio falou conhecer Fernando de eventos sociais e da FATMA. Recordava ter falado com André sobre uma portaria, mas não acompanhou o processo.

Juarez Silveira também era contato político de Fernando, ajudando-o com a aprovação da Lei de Incentivo à Hotelaria. Carlos de Rolt afirmou ter recebido Fernando na secretaria da receita uma vez para tratar de problemas enfrentados pelo ramo hoteleiro. A partir disso, elaborou um projeto de lei que resultou no encaminhamento do texto pelo prefeito.

Fernando não admitiu ter participado de reunião com

Mário Roberto Cavallazzi, nunca tendo tratado com ele sobre a ONG Floripa Amanhã – a qual não acredita se tratar de turismo e hotelaria. Já Cavallazzi explicou que sua participação no projeto de lei foi encaminhar ao prefeito antiga reivindicação do setor hoteleiro, tendo sido realizadas cinco reuniões ao longo de 2006 com a participação de diversos órgãos que compõem o trade, dentre eles Sindicato de Hotéis, ABIH, ACIF, SINDUSCON, INFRAERO e a ONG Floripa Amanhã.

Ainda em meio à aprovação da lei, houve a revisão do IPTU do resort de Fernando. Roberto Ribeiro, funcionário encarregado da medição, reconheceu que o valor do imposto diminuiu, não tendo feito medição e utilizado o valor do interessado.

Adir Gentil, Dilmo Berger e Michel Curi admitiram suas respectivas visitas ao Costão do Santinho. No entanto, Adir disse não ter ido em setembro de 2006 e nunca ter pedido ajuda financeira do empresário. Já Dilmo afirmou que a visita foi feita durante o período de campanha eleitoral. E Michel foi ao resort para tratar da lei, mas não sabia o porquê da necessidade de Fernando estar presente, decisão de Juarez Silveira, segundo o procurador da Câmara.

Michel também relatou de duas reuniões no Marinas Palace Hotel, em Canasvieiras, Norte da Ilha. Na primeira, como candidato a vereador, tratou de questões do setor hoteleiro junto do então concorrente a prefeito Dário, que se comprometeu a estudar e encaminhar a lei de incentivo a hotelaria. Após as eleições, houve o segundo encontro, mas, em nenhuma das ocasiões, Fernando esteve presente, segundo Michel.

Outro conhecido do ex-vereador era Artêmio Paludo, da época em que o dono do terreno polêmico de Jurerê trabalhava com o pai de Juarez na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Artêmio pediu para Juarez intermediar com Péricles a controvérsia do seu terreno. Pelo lado de Péricles, houve a mesma solicitação. E o então vereador apenas acompanhou Hélio ao cartório de Valcyr Melo.

Já Valcyr afirmou que esteve em audiência não previamente marcada com Juarez, Hélio e um funcionário da Habitasul para resolver o impasse do terreno de Artêmio. O ex-vereador pediu a Valcyr para considerar o prazo e agilizar o andamento do contrato, que não possuía todos os documentos necessários. Como também era contemporâneo de faculdade de Sérgio Gomes, cunhado de Artêmio, foi contatado por este para esclarecer o que poderia ser feito para comprovar regularidade do terreno. E Péricles não sabia de alteração no Plano Diretor para permitir aproveitamento do terreno pela empresa. Já o impasse no cartório era a negativa de fazer a inscrição da promessa de compra e venda.

A relação de amor e ódio entre Juarez e Carlos Amastha ficou evidente no caso do Floripa Shopping. O erro do IPUF em relação à planta do terreno era de conhecimento do ex-vereador, mas o assunto lhe dava ânsia de vômito e preferiu não comentar, a não ser na Justiça. Sabia-se que as idas de vereadores eram normais a cada quinze dias na SUSP, mas Sebastião Machado confirmou as frequentes visitas de Marcílio Ávila durante processo do Shopping – ainda que não constasse como procurador do empreendimento.

No dia da expedição do Habite-se, em 28 de setembro de 2006, quando o presidente da Câmara fez o leva e traz do processo entre SUSP e PGM, onde o procurador do município Jaime de Souza deu o despacho que de sua ciência do relatório de vistoria, nada tendo a se opor, mesmo com indicação de não-observância da lei 175/2005.

Com Gilson Junckes, o amigo que não era amigo, Juarez possuía uma dívida de R\$ 47 mil e admitiu ter usado uma EcoSport da Concessionária Dimas, disponibilizada pelo empresário. No entanto, ao que sabe, seu cunhado, Renato, não participou do processo de licenciamento, além de não reconhecer as ligações entre eles gravadas.

Juarez afirmou que sua participação na lei relativa à instalação do hospital foi apenas votando. João Batista Nunes foi

quem apresentou o texto após perceber a precariedade do serviço de saúde em Florianópolis quando sua mãe passou mal e não havia para onde levá-la. Quando foi informado das razões que impediam a instalação do hospital, solicitou que as lideranças encaminhassem à Câmara suas manifestações sobre a necessidade da construção complexo hospitalar. Segundo João Batista, apenas após isso soube do processo na SUSP e, em realização de audiência pública, descobriu que Gilson Junckes, um dos responsáveis pelo convite para seu ingresso no PDT, era parte interessada no processo.

O empréstimo do veículo foi confirmado pelo dono da concessionária quando afirmou que Gilson ligou para ele dizendo que havia transferido o crédito de R\$ 50 mil para Juarez Silveira. E, segundo a versão de Gilson, a condição para Juarez utilizar o carro era a publicação da lei e a atuação do vereador para agilizar o trâmite burocrático.

É possível, segundo Rodolfo Matte Filho, chefe da divisão de normas urbanísticas da SUSP, que Juarez tenha entregado à SUSP os documentos referentes ao Hospital, mas não poderia afirmar com certeza, pois não trabalhava no protocolo. Sabia, no entanto, que Juarez não constava como interessado, nem tinha poderes em procuração, mas recebeu os papéis porque Juarez o entregou e porque o próprio secretário, Renato, estava intercedendo.

Para a reforma que transformou uma casa na rua Alves de Brito no Pegorini Restaurante Café, Juarez lembrava ter pedido para Renato receber seu amigo Amílcar da Silveira. Segundo Rodolfo, ele recebeu a arquiteta autora do projeto, que estava ciente do parecer do servidor Ilso Frigo – que informou não ter recebido processo após ter apontado a necessidade de adequação, mas essa tramitação é normal, ficando a cargo do secretário ou das chefias.

O chefe da divisão de normas urbanísticas da SUSP admitiu não ter conferido se o que estava sendo construído coincidia com o que estava sendo aprovado, porque isso é atribui-

ção da fiscalização de obras.

Segundo Juarez, as multas aplicadas pela Secretaria da Receita Municipal a algumas empresas da construção civil – inclusive a Magno Martins de Aurélio Paladini Filho, seu amigo de infância – eram indevidas por causa da maneira com que eram encaminhadas. O próprio secretário Carlos de Rolt afirmou que foi procurado pelo vereador algumas vezes para tratar da situação de construtoras com serviços bloqueados pela prefeitura por causa de débitos, especialmente de IPTU.

No entanto, segundo de Rolt, Juarez não gestionou junto a ele pela redução de multa para Magno Martins e outras construtoras e não havia ordem expressa para que fosse suspensa expedição de documentos para empresas em débito, mas que esta foi uma política implementada por Dário Berger, sendo editado um decreto, em seu entendimento, ilegal. O secretário não soube dizer se chegou a haver liberação de documentos pela prefeitura sem quitação de débito das construtoras Hantei, Baltec e Magno Martins e, muito solítico, encaminhou os processos referentes à construtora de Aurélio.

Sobre suas multas, Aurélio disse que a prefeitura, através da Secretaria da Receita, o multou em cobrança de ISS sobre venda de apartamentos e a aplicação da penalidade, que estava em fase judicial, chegaria a R\$ 5 milhões. O empresário também confirmou o empréstimo de aproximadamente R\$ 5 mil ao então vereador quando este estava no Uruguai, não sabendo se a dívida havia sido quitada. Outros R\$ 5 mil também foram emprestados quando Juarez precisava realizar uma reforma na prefeitura. Conheceu Renato quando o ex-vereador o apresentou para comprar um apartamento no Walter Meyer.

...E as relações de Rubens Bazzo

Aurélio também era amigo de longa data de Rubens Bazzo. Sebastião explicou que Rubens era como um assessor especial de Renato na SUSP e, antes de sua gestão, já traba-

lhava na secretaria. A decisão de mantê-lo foi de Renato, pois o funcionário já conhecia a rotina do gabinete.

O engenheiro e funcionário de confiança de Renato, segundo Oracil Nascimento, fazia projetos complementares de pavimentação e sanitário para o empresário. A partir de uma conversa com Rubens, percebeu que seus serviços não poderiam ser declarados. O engenheiro também vendeu projetos para um condomínio residencial do escritório de Oracil.

Rubens conhecia Marco Reusing, sócio da Reusing Engenharia e Construções, há cerca de dez anos, contou o empresário. A relação começou porque a sogra de Marco era vizinha do engenheiro. Por causa disso, Rubens avaliou, informalmente, um projeto sobre o potencial de construção na Beira-mar Norte, endereço nobre de Florianópolis, pois havia interesse de um grupo de São Paulo, relatou Marco. Foi apenas um favor.

Prestando consultoria externa, Rubens trabalhou no projeto do Shopping Iguatemi. Não via irregularidade na atividade realizada fora do horário de expediente e admitiu ter trabalhado como consultor em certas ocasiões. Reconheceu, também, que recebera aproximadamente R\$ 15 mil durante o contrato de cinco meses.

A arquiteta Margarida Milani Quadros explicou ter solicitado consulta de viabilidade para instalação do shopping junto ao IPUF, utilizando trâmites normais. Ela e seu sócio tratavam diretamente na SUSP os detalhes do projeto, utilizando como ponte Rubens, pois ele conhecia os sócios da Santa Fé Veículos – que ocupava o terreno anteriormente – e já prestara consultoria.

Para a aprovação final pré-Habite-se, Margarida tratou dos detalhes com Rubens, na sala do secretário. O funcionário disse estar tudo correto, sendo o habite-se expedido pouco tempo depois. Margarida também soube que, para substituição final do projeto e expedição do habite-se, os empreendedores pagaram R\$ 20 mil a Rubens, mas o pagamento não foi

feito por intermédio de seu escritório.

Quando da construção da boate KM-7, o filho de Rubens, Rodrigo, foi a SUSP tratar do KM-7, segundo Sebastião, mas o fiscal de obras não sabia que se tratava dele, descobrindo isso quando Rodrigo foi preso. A visita foi feita após Sebastião informar ser necessária uma alteração no projeto, além do laudo da FLORAM e declaração do DEINFRA.

O fiscal do IBAMA Apoena Calixto Figueiroa realizou algumas vistorias no terreno da boate e relatou ter informado a procuradora Analúcia Hartmann não se tratar de APP, não estando o empreendimento sujeito a licenciamento ambiental por ser de lazer. Contou que a obra estava praticamente concluída quando realizou vistoria, mas não sabia se era, de fato, uma boate, tendo sido informado de que se tratava de um restaurante. Também não sabia se havia alvará de construção.

Apoena soube que era boate somente após ofício de Analúcia e outros órgãos. Acredita que a boate está a 200 metros da ESEC-Carijós. Admitiu haver descumprimento do item 7 de acordo judicial porque implantação faz parte de uma nova etapa, mas não houve formalização dessa constatação no IBAMA. O fiscal não lembrava direito, mas é possível que tenha informado Hélio de intenção do embargo para pressioná-lo a segurar a obra.

Marcelo Kammers, também fiscal do IBAMA, foi consultado por Apoena sobre eventual descumprimento da legislação ambiental. No caso de descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, relatou, poderia ser necessária a elaboração de EIA/RIMA Global. Pelo que soube, Apoena encaminhou documentação a respeito disso ao superintendente do IBAMA. Também afirmou que, quando esteve na obra, não era possível saber se seria um restaurante ou boate.

Também amigo de Rubens, Paulo Cordeiro conhecia Juares Silveira havia cinco ou seis anos, o empresário não soube precisar. Seu relacionamento com Renato era social e, com Dário e Djalma Berger, então prefeito de São José, institucional.

Sobre a servidão fechada pelo Condomínio Residencial Baía Norte, próxima ao loft, informou que a desapropriação não foi feita, pois Jaime de Souza entendia já se tratar de área pública, sendo o Baía Norte notificado por ofício da PGM. Dado o não cumprimento, Paulo entrou na Justiça, mas não obteve liminar favorável. Carlos Stodiek vendeu o terreno onde está localizado o Condomínio Baía Norte em 1976 e afirmou nunca ter havido servidão pública de passagem. Contou que, em sua ida à PGM junto dos representantes do condomínio e de seus advogados, ouviu do procurador “se não é servidão, vai ser”.

O chefe de Rubens, Renato, atuou no caso da Pizzaria San Francesco, mas foi orientado por seus defensores a não responder as perguntas. Quem também participou no processo foi Sebastião Machado que, segundo relato do próprio, mandou o fiscal que autuou e embargou a obra após denúncia. Afirmou que Aurélio Remor e Mauri da Luz compareceram à SUSP, havendo ainda o pedido de demolição a ser feito pelo próprio dono. Também disse que, por causa do prazo concedido por Renato, o empreendedor conseguiu concluir a obra, o que impede ordem de demolição vinda da SUSP. Aurélio Remor se defendeu ao dizer que não houve intermediação e apenas falou com Renato para ajuda-lo dentro da obediência da lei.

Através dos depoimentos, constatou-se, ainda, outras relações entre os indiciados. Dário, após a eleição em 2004, estreitou laços com Juarez Silveira, convidando-o para ser líder de seu governo na Câmara. Afirmou conhecer Péricles, mas não mantinha relações de amizade. Não conhecia Fernando Habckost, nem e Hélio Chevarria. E disse que ajudou a campanha de seu irmão apenas politicamente. Péricles corroborou ao afirmar que mantinha apenas relação formal e política com Dário.

Há, também, a ajuda de Ildo aos funcionários da Habitasul. Hélio afirmou que recebeu orientação do delegado em relação a inquérito que corria na Polícia Federal. Já Fernan-

do Habckost disse que Ildo orientou em relação a um licenciamento do Il Campanário expedido pelo IPUF, órgão que estava sob sua responsabilidade. Ildo afirmou ter conhecido Hélio, Péricles e Andréa Druck em um jantar social, em 2006, e era possível que tenha sido apresentado a Fernando na mesma ocasião. Explicou que foi neste evento que lhes deu conselhos e explicações em relação ao MPF.

Ildo não sabia da intimação de representantes da Habitasul para ir à PF, mas tinha conhecimento das dificuldades em solicitações de documentos.

Por fim, Hudson da Silva esclareceu que os agrados dados aos servidores da FATMA, evidenciados no caso da PCH de Caçador, eram pacotes de café na ocasião da aprovação de alguns processos. Admitiu que esteve em contato com João de Almeida, gerente de licenciamento ambiental rural, para tentar agilizar o processo, no sentido de aprovação.

Assim, depois de mais de 2.500 dias da deflagração da Operação Moeda Verde, com suas 22 prisões temporárias e 55 indiciados, a ação que mobilizou Florianópolis deve acabar em um processo na Justiça Estadual, com 40 réus. O procurador Brandão não pôde especificar quais, mas afirmou que a maioria dos crimes não são de competência da Justiça Federal.

Os indiciados continuam com seus empreendimentos, como Fernando Marcondes de Mattos e o Costão do Santinho, Paulo César Maciel e o Shopping Iguatemi – que, aliás, continua movimentando os negócios na Capital, Aurélio Paladini Filho e a Magno Martins, os irmãos Ghislandi e o supermercado Bistek. Já entre os políticos, há o colombiano fundador do Floripa Shopping, Carlos Amastha, que se elegeu prefeito de Palmas, no Tocantins. Amastha ainda nomeou Marcílio Ávila como Secretário Municipal de Infraestrutura, que pediu exoneração do cargo no fim de 2013. Juarez Silveira, em 2010, foi nomeado diretor regional da empresa de águas de Santa Catarina (Casan), pelo então governador Leonel Pavan e chegou a se candidatar a vereador para Florianópolis em 2012. Agora

vive sua aposentadoria longe dos holofotes.

Por último, há o mais novo senador de Santa Catarina, eleito com 42,82% dos votos dos 3.055.854 dos eleitores do Estado. Pelo PMDB, Dário Berger tomará posse em Brasília em 2 de fevereiro de 2015.

*A corrupção não é uma invenção
brasileira, mas a impunidade é uma
coisa muito nossa.*

Jô Soares

